



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 136

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 24 DE OUTUBRO DE 2007

ANO XXXII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS Presidente - Democratas		
ANTONIO ANIBELLI 1º Vice-Presidente - PMDB	AUGUSTINHO ZUCCHI 2º Vice-Presidente - PDT	FELIPE LUCAS 3º Vice-Presidente - PPS
ALEXANDRE CURI 1º Secretário - PMDB	LUCIANA RAFAGNIN 2ª Secretária - PT	LUIZ ACCORSI 3º Secretário - PSDB
CIDA BORGHETTI 4ª Secretária - PP	CHICO NOROESTE 5º Secretário - PR	
ABIB MIGUEL Diretor Geral		

Lideranças

Líder do Governo	Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição	Valdir Rossoni
PMDB	Waldyr Pugliesi
PSDB	Ademar Traiano
Democratas	Plauto Miró
PT	Elton Welter
PP	Duílio Genari
PDT	Luiz Carlos Martins
PTB	Fábio Camargo
Bloco PPS/PMN	Dr. Batista
Bloco PSB/PR/PRB/PV	Reni Pereira

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 03: Carlos Simões - Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 136

123ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 02

Expediente:

Ofícios 03

Indicações 03

Requerimentos 03

Projetos de Lei 06

Pequeno Expediente:

Dep. Caíto Quintana 08

Dep. Jocelito Canto 09

Dep. Professor Luizão 10

Dep. Tadeu Veneri 13

Dep. Plauto Miró 13

Dep. Valdir Rossoni 14

Grande Expediente:

Pastor Edson Praczyk 15

Horário das Lideranças:

Liderança do PTB

Dep. Jocelito Canto 09

Liderança do PT

Dep. Professor Luizão 11

Liderança do PSDB

Dep. Valdir Rossoni 14

Liderança do Governo

Dep. Luiz Claudio Romanelli 18

Liderança da Oposição

Dep. Valdir Rossoni 19

Liderança do PDT

Geraldo Cartário 20

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 21

Discussão/Votação

Redação Final 21

3ª Discussão 21

2ª Discussão 22

1ª Discussão 22

Requerimentos 23

Encerramento da Sessão 25

Transcrição 25

DIÁRIO Nº 136

123ª SESSÃO ORDINÁRIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

ATA DA 123ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 24 DE OUTUBRO DE 2007

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Antonio Anibelli, secretariado pelas Sras. Deputadas Cida Borghetti e Luciana Rafagnin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fábio Camargo, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (45).

Ausentes os Srs. Deputados: Augustinho Zucchi, Dobrandino da Silva, Durval Amaral, Elton Welter, Fran-

cisco Bühner, Mamede e Teruo Kato (07)

Ausentes com justificativas os Srs. Deputados: Nelson Justus e Luiz Accorsi (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofício

OFÍCIO Nº 255/07

Curitiba, em 24 de outubro de 2007.

Senhor Presidente:

Com seus melhores cumprimentos, dirijo-me a V. Exa. para justificar minha ausência da Sessão Plenária de hoje - 24 de outubro de 2007 - por estar em visita a municípios de minha base eleitoral, portanto impossibilitado de participar dos trabalhos legislativos.

Limitado ao exposto, manifesto a V. Exa. meu apreço e consideração.

(a) LUIZ ACCORSI

Indicações

INDICAÇÃO Nº 333/07

SÚMULA:

Solicita a implantação de três passarelas na Rodovia do Xisto/BR 476, nos quilômetros 148, 152 e 155 no perímetro urbano do município de Araucária.

Ao Exmo. Sr. Rogério Wallbach Tizzot - Secretário de Estado de Transporte:

A Deputada que o presente subscreve no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor o que segue:

I - solicita a implantação de três passarelas na Rodovia do Xisto/BR 476, nos KM 148, 152 e 155 no perímetro urbano do município de Araucária.

Salas das Sessões, em 24.10.07.

(a) ROSANE FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A Rodovia do Xisto corta o perímetro urbano do município de Araucária ao meio, fazendo com que mensalmente ocorram atropelamentos neste trecho, que em sua maioria são fatais. Sugere-se desta forma a construção de três passarelas nos pontos de maior demanda, como nos quilômetros 148, no 152 e no 155.

Esta indicação vem conciliar com o desenvolvimento urbano e com a segurança resultando em mais qualidade de vida para a população.

INDICAÇÃO Nº 334/07

SÚMULA:

Indica à Secretária de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior a alteração da Lei nº 15050/06, permitindo a adequação funcional dos educadores da creche da Universidade Estadual de Maringá.

Sr. Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, INDICA, à Mesa seja oficiado à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Exma. Sra. Lygia Lumina Pupatto, reiterando o pedido feito através da Indicação nº 218, de julho de 2007, para alteração da Lei nº 15050/06, permitindo a adequação funcional dos educadores da creche da Universidade Estadual de Maringá.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB - estabelece a necessidade de formação para os profissionais que atuam na educação infantil. Com a exigência referida pretende-se melhorar a qualidade do ensino na faixa etária de 0 a 6 anos, inserindo esse segmento escolar como primeira etapa do Sistema Básico de Ensino.

Em 2006 a Lei Estadual nº 15050/06, que alterou a carreira de pessoal Técnico Administrativo instituída pela Lei nº 11713/97, buscou rever todas as funções e adequá-las a realidade, bem como regularizar o quadro de funções das IEES. Neste momento, foi constatado o descompasso entre as exigências legais e a realidade das IEES.

É imprescindível a adequação dos cargos dos educadores da creche que, em razão da LDB, devem ser de nível superior.

Foi enviada indicação à Secretaria de Ciência e Tecnologia em junho de 2007 e até o presente momento não houve manifestação da mencionada pasta.

Salas das Sessões, em 24.10.07.

(a) CIDA BORGHETTI

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 3140

Sr. Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

Soberano Plenário a dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 660/07, item 06 da Ordem do Dia.

Salas das Sessões, em 24.10.07.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

REQUERIMENTO Nº 3127

Sr. Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 729/07 de minha autoria.

Salas das Sessões, em 24.10.07.

(a) MARCELO RANGEL

REQUERIMENTO Nº 3139

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições REQUER, após a manifestação do soberano Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento, aos 80 anos de idade, do Dr. Valdir Edgard Cárnio. Figura dotada de rara capacidade profissional, na odontologia, exerceu as funções de professor da UEL, presidiu o 1º Congresso Internacional de Odontologia, realizado em Londrina, em cuja cidade foi agraciado com o título de Cidadão Honorário. Criatura humana extraordinária era uma das figuras mais respeitadas na sua área profissional e pela sociedade londrinense. Homem de coração generoso, grande chefe de família, seu desaparecimento causou grande consternação em vasto círculo de amigos paranaenses e de outros estados.

Requeiro que a homenagem desta Casa de Leis seja comunicada à viúva, dona Ana Maria Deliberador Cárnio, à R. Angelina Ricci Bezozzo, 635, CEP 86030-340, Londrina, rogando que Deus conforte a todos, por tão irreparável perda.

Sala das Sessões, em 24.10.07.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 3121

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a manifestação do soberano Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações à Dra. Lídia Matiko Maejima, que acaba de ser promovida para desembargadora do Egrégio Tribunal de Justiça do Paraná, onde passou a integrar a 18ª Câmara Cível. Trata-se de ilustre paranaense, dotada de rara inteligência, e que tem dedicado sua vida a semear, com dignidade e firmeza, justiça aos paranaenses que dependem do Poder Judiciário.

A promoção da Dra. Lídia Matiko Maejima veio engrandecer muito o Tribunal de Justiça do Paraná, havendo unanimidade dentre magistrados e advogados, de total respeito e aplauso à nova desembargadora, sendo

dever de nós parlamentares registrarmos para a história nosso júbilo por tão oportuna e merecida promoção.

Requeiro que a decisão desta Casa de Leis seja comunicada à nova desembargadora e ao Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná.

Sala das Sessões, em 24.10.07.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 3123

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a manifestação do soberano Plenário, seja inserido na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de reconhecimento público à Dra. Denise Arruda, ilustre paranaense que serve ao Brasil como Ministra do Superior Tribunal de Justiça.

Trata-se de uma das mulheres mais inteligentes do Poder Judiciário, que honra a todos os paranaenses, pela dignidade e competência no exercício de função pública de tão grande destaque, onde poucos brasileiros conseguem chegar. Há uma unanimidade dentre magistrados e advogados de total admiração pela postura sábia e imparcial com que a Ministra Denise Arruda profere suas decisões em tão alta Corte de Justiça. Daí a justiça do registro nos Anais, desta Assembléia, da homenagem à nossa ilustre conterrânea.

Requeiro que a decisão deste plenário seja também comunicada à Dra. Denise Arruda e ao Presidente do STJ, em Brasília.

Sala das Sessões, em 24.10.07.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 3120

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER envio de expediente ao IAP solicitando a relação de proprietários rurais que obtiveram junto ao IAP / Regional de Ponta Grossa, autorização para corte de Araucária, que segundo notícias veiculadas pelo Jornal Gazeta do Povo, Edição de 24 de outubro de 2007, seriam ilegais. Solicita, também, a relação de multas aplicadas pelo referido escritório regional, que também segundo o Jornal Gazeta do Povo, montam ao valor de R\$ 14 milhões de reais.

Sala das Sessões, em 24.10.07.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3122

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após anuência do douto Plenário, sejam convidados representantes da empresa Syngenta e do Movimento dos Sem Terra para comparecerem à esta Casa de Leis, para serem ouvidos sobre os recentes conflitos em que ambas as partes se

envolveram e que provocaram duas mortes e vários feridos. Aprovado o presente requerimento, caberá à presidência da Casa marcar a data dos esclarecimentos, ficando estabelecido que poderão usar da tribuna quatro convidados, sendo dois de cada segmento.

Sala das Sessões, em 24.10.07.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 3136

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais conforme prevê o artigo 62, parágrafo 3º da Constituição Estadual e artigo 34, do Regimento Interno desta Casa REQUER, a constituição de uma Comissão Especial de Investigação - CEI, composta por onze (11) membros e com prazo de duração regimental de cento e vinte dias (120), para apurar e apresentar relatório ao Plenário, de fatos referentes à aplicação de recursos públicos em ONGs e demais organizações do terceiro setor, por tratar-se de assuntos de relevante importância para a comunidade paranaense.

Sala das Sessões, em 24.10.07.

(a) FÁBIO CAMARGO

REQUERIMENTO Nº 3125

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente em caráter de urgência ao Exmo. Sr. Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, Dr. Walfrido dos Mares Guia, DD. Ministro das Relações Institucionais, Dr. Fernando Haddad, DD. Ministro da Educação, Dr. Paulo Bernardo, DD. Ministro do Planejamento, Dr. Reinhold Stephanes, DD. Ministro da Agricultura, acompanhado do Ofício Circular nº 281/07 de 09 do corrente da APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Campo Mourão, com o manifesto pelos direitos das pessoas com deficiência e de suas famílias.

Sala das Sessões, em 24.10.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Abrir escolas é fechar prisões. Eis porque nosso coração se enche de júbilo ao ensejo de rascunhar este requerimento, dizendo ao início que somos totalmente favoráveis à manutenção das escolas especiais. Bem haja aqueles que não poupam esforços para proporcionar direitos das pessoas com deficiências desta bendita terra.

O homem moderno não pode dispensar as atividades que somente à escola para deficientes ministra. E não só os conhecimentos como a educação que ela proporciona.

Não foi, pois, as artes e as ciências que o homem dedicou os primeiros albos de sua inteligência e sim a educação especialmente aos deficientes.

Quantos não são os grandes nomes célebres da nossa história, no terreno da educação que não se entregaram ao labor fecundo para com os deficientes?

Já se foi o tempo em que o empirismo reinava. Na época em que vivemos o planejamento e a técnica vieram substituir os métodos rotineiros de antanho, pois que por ela o homem está mais em contato com a educação que ainda é a fonte mais pura de onde flui a satisfação humana.

A civilização contemporânea caminha para uma catástrofe, como já ocorreu com civilizações mais antigas. A lógica simples da mente humana não permite que ela capte toda a complexidade da realidade e sua enorme velocidade de transformação, deixando para trás, nossos irmãos com deficiência física.

É realmente com grande satisfação que comungamos com a APAE - Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais de Campo Mourão, para continuar o plano de cultura com os irmãos excepcionais.

Temos certeza que é uma iniciativa que contará com a decisão de nossas autoridades federais.

Com a continuidade desse plano importante, a expectativa é que as políticas culturais para os excepcionais continuem em ações permanentes em benefício da população.

Devemos afirmar que toda iniciativa no sentido de preservar e garantir a atividade cultural do país, contará com o apoio de toda a população brasileira, mas este passo que damos hoje aqui, não deve encerrar. Temos que dar continuidade ao movimento tão importante em prol da cultura dos excepcionais como um todo, mobilizando todas as classes.

Temos certeza que nossas autoridades, estudarão com muito carinho, resolvendo com êxito este angustiante problema na educação eficiente de pessoas com deficiência.

REQUERIMENTO Nº 3138

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado ao Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Desembargador José Antonio Vidal Coelho, pedido para que interceda junto aos cartórios, em especial os extra-judiciais existentes no estado, para que os Srs. Juízes não permitam nomeação de oficiais substitutos, que desfrutem de vínculo parentesco com oficiais titulares ou já designados e que aguardam concurso. À vista disso, impedir casos como o ocorrido na comarca do município de Fazenda Rio Grande, região metropolitana de Curitiba, onde se designou a Sra. Maria Helena Giacomazzo Meyer, oficial titular da serventia do Registro Civil, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas do Foro Regional de Fazenda Rio Grande, e também nomeou marido e filha da referida servidora, na mesma serventia, designados como oficiais substitutos.

Vale ressaltar que nem uma destas pessoas reside no município ou possui qualquer vínculo com a cidade, isso causa revolta aos jovens qualificados que estão sendo preteridos diante do nepotismo praticado. Assim sendo,

pedimos a V. Exa., que determine de imediato a proibição da prática deste nepotismo.

Sala das Sessões, em 24.10.07.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 3124

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, à transcrição na ata da Sessão de hoje, para que fique registrado para a posteridade nos Anais da Assembléia Legislativa do Paraná, a pronunciamiento do Dr. Ricardo Rezende, durante a inauguração do 1º terminal público de álcool do Brasil no porto de Paranaguá.

Requer outrossim que da decisão da Casa seja dado ciência ao Exmo. Sr. Ministro Chefe da Secretaria Especial de Portos Dr. Pedro Brito, Dr. Roberto Requião, DD. Governador do Estado do Paraná, ao Dr. Orlando Pessuti, DD. Vice-Governador do Paraná, ao Dr. Eduardo Requião, Superintendente do porto de Paranaguá - Antonina, bem como ao Dr. Ricardo Rezende.

Sala das Sessões, em 24.10.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O primeiro terminal público de álcool do país foi inaugurado ontem no porto de Paranaguá com a presença das autoridades já nominadas, e, entre elas, este Deputado que representou com muita honra a Assembléia Legislativa do Paraná. A inauguração deverá ter suas tarifas 40% a 50% mais baratas do que as praticadas pela iniciativa privada. O terminal irá auxiliar na redução de custos para a exportação desta safra de cana-de-açúcar, que vai até abril de 2008.

A infra-estrutura do nosso terminal é que vai garantir ao porto de Paranaguá transformar-se em concentrador, também conhecido como porto de transbordo.

Paranaguá poderá perfeitamente, por meio do programa de investimento que está desenhado, se transformar em um porto concentrador.

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 757/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a doar ao município de Capanema/PR, uma área de terras com 12.100,69m2 a ser desmembrada de parte da área desapropriada do lote rural nº 92, da gleba 145-CP, para a faixa de domínio da rodovia PR-889, trecho: entroncamento da PR-281 à Ponte do Rio Santo Antonio (divisa Brasil-Argentina), entre os quilômetros 01 mais 20 metros a 01 mais 230 metros, matriculados sob nº 24.894, no Registro Geral de Imóveis da Comarca de Capanema, estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 24.10.07.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Em 17 de novembro de 2006, foi realizada uma Escritura Pública de Desapropriação Amigável em favor do DER, de uma área de terras com 46.822,50m2, que havia sido declarada de utilidade pública pelo Decreto Estadual nº 3082, de 08 de março de 1994, para a construção do acesso à Ponte do Rio Santo Antonio, na divisa do Brasil e Argentina.

Sobre parte da mencionada área, a Prefeitura Municipal de Capanema construiu, com recursos próprios, um prédio para abrigar a alfândega de fiscalização da referida ponte internacional, até o momento não averbado.

Para que a Prefeitura de Capanema possa providenciar a averbação e, posteriormente, efetuar a doação à esfera federal, é necessário que o estado do Paraná faça a doação da área de 12.100,69m2, desmembrada da área desapropriada, ao mencionado município de Capanema.

Pelas razões expostas, solicitamos o apoio dos nobres Pares desta Casa, para a aprovação do presente projeto de lei, ao qual anexamos cópia da matrícula geral do imóvel, memorial descritivo e planta da propriedade.

PROJETO DE LEI Nº 758/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica criado no estado do Paraná o programa de incentivo à habitação própria dos professores da Rede Pública Estadual de Ensino - Programa Casa de Mestre.

Art. 2º O programa será desenvolvido através da COHAPAR, com base no artigo 3º, do Estatuto Social desta sociedade de economia mista, seja pelos seus recursos próprios, seja pelos aportes advindos do erário público estadual e federal, que adentrem a Companhia de Habitação do Paraná.

Parágrafo Único. A COHAPAR poderá, no âmbito de suas competências, criar programas específicos de construção e financiamento para moradias dos professores da Rede Pública Estadual de Ensino.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 24.10.07.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto, deve se analisar inicialmente, é apresentado com supedâneo no artigo 23 da Constituição Federal, que assim dispõe:

Art. 23. É competência comum da união, dos estados, do distrito federal e dos municípios:

IX - promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;

E competência comum também denominada cumulativa ou paralela, é a exercida de forma igualitária por todos os entes que compõem uma federação, sem a exclusão de nenhum. lembre-se por oportuno que essa repartição de competência está ligada de modo direto ao princípio da predominância do interesse, que neste caso, claramente se aduz estar em âmbito estadual, posto que atingirá servidores estaduais, mais precisamente os professores.

Ainda na mesma esteira deve se lembrar que essa classe profissional, por razões variadas, pode não possuir condições financeiras de edificar sua própria casa, de modo independente. Com fulcro nesta acepção é que se propõe o presente projeto, buscando a melhoria contínua na qualidade de vida daqueles que, em verdade, proporcionam uma oportunidade de desenvolvimento para os alunos em nosso estado.

A COHAPAR vem desenvolvendo inúmeros programas que se assemelham com o ora proposto, como Casa da Família, Casa da Família Rural, Casa da Família Indígena, dentre outros. Assim sendo, nada mais lícito que seja voltada a atenção ao corpo docente do Paraná, para que estes também tenham facilitado seu acesso à moradia própria. Prosseguindo, é de se colecionar certos pontos do Estatuto Social da COHAPAR, como o artigo 3º:

Art. 3º A Companhia tem por objetivos:

I - levantar, estudar e definir diretrizes visando a busca de soluções para os problemas da habitação;

II - planejar, executar, programas habitacionais mediante recursos próprios ou em parceria com órgãos internacionais, federais, estaduais, municipais ou entidades de qualquer natureza, através de convênios, contratos ou outros instrumentos de mesma natureza, na qualidade de agente operador, agente financeiro e agente promotor, de acordo com a legislação vigente;

III - financiar lotes urbanizados, unidades habitacionais construídas, construção de unidades habitacionais, melhoria de unidades residenciais, aquisição de materiais de construção, bem como promover arrendamento residencial;

Pelo exposto, necessário se dizer que não está sendo criada função para a COHAPAR, mas sim apenas sendo buscado a atuação conforme o inserto em seu estatuto social, dentre os objetivos deste ente estatal, de relevância ímpar para a consecução de moradias aos paranaenses.

PROJETO DE LEI Nº 759/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Flávio Martinez.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 24.10.07.

(a) FÁBIO CAMARGO

JUSTIFICATIVA:

O empresário Flávio Martinez, vice-presidente nacional do Partido Trabalhista Brasileiro, tem se destacado pela atuação no ramo das comunicações. Herdeiro político do Deputado Federal falecido em 2003, José Carlos Martinez, preside a única rede nacional de emissoras que tem origem no Paraná.

A CNT, que tem sua sede em Curitiba atinge a 15 estados brasileiros, levando aspectos da cultura paranaense para todos os cantos do país. Sua atuação no setor de comunicação retrata o potencial do estado do Paraná de ser o centro de grandes organizações.

Na área política, Flávio Martinez tem se destacado como dirigente nacional de um dos grandes partidos brasileiros. A responsabilidade de estar à frente de uma legenda com a tradição e história do PTB é sinônimo de respeito à classe política paranaense.

Partido que tem como seu maior expoente o ex-presidente Getúlio Vargas, um dos vultos da história do Brasil tem hoje no Paraná um de seus alicerces. Sob seu comando, o PTB tem se tornado um dos partidos de peso decisivo na política nacional e um dos principais focos de discussão das decisões do Congresso Nacional.

PROJETO DE LEI Nº 760/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º É declarada de utilidade pública a Comunidade Evangélica Pentecostal a Glória de Deus, com sede em Curitiba/PR.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 24.10.07.

(a) FÁBIO CAMARGO

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de uma entidade não governamental, tendo sua sede situada na R. Marcos Campos, nº 197, Vila Verde, CIC, na capital do estado.

Conforme breve relatório anexo das atividades desenvolvidas por esta entidade, podemos observar a importância da aprovação de presente proposição como forma de incentivo e reconhecimento às relevantes atividades prestadas em prol do interesse público.

PROJETO DE LEI Nº 761/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º É declarada de utilidade pública a Associação de Moradores e Amigos de Santa Felicidade e Butiatuvinha - AMASFEB, com sede em Curitiba/PR.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 24.10.07.

(a) FÁBIO CAMARGO

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de uma entidade não governamental, tendo sua sede situada na capital do estado.

Conforme breve relatório anexo das atividades desenvolvidas por esta entidade, podemos observar a importância da aprovação de presente proposição como forma de incentivo e reconhecimento às relevantes atividades prestadas em prol do interesse público.

PROJETO DE LEI Nº 762/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º É declarada de utilidade pública a Associação de Moradores e Amigos do Jardim Cecom, Timbú Velho e Eugênia Maria, com sede em Curitiba/PR.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 24.10.07.

(a) FÁBIO CAMARGO

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de uma entidade não governamental, tendo sua sede situada na capital do estado.

Conforme breve relatório anexo das atividades desenvolvidas por esta entidade, podemos observar a importância da aprovação da presente proposição como forma de incentivo e reconhecimento às relevantes atividades prestadas em prol do interesse público.

PROJETO DE LEI Nº 763/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º É declarada de utilidade pública a Associação de Desenvolvimento dos Fumicultores e Produtores Rurais de Rebouças - ASSDFUR, com sede em Rebouças/PR.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 24.10.07.

(a) FÁBIO CAMARGO

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de uma entidade não governamental, tendo sua sede situada no município de Rebouças, estado do Paraná.

Conforme breve relatório anexo das atividades desenvolvidas por esta entidade, podemos observar a importância da aprovação de presente proposição como forma de incentivo e reconhecimento às relevantes atividades prestadas em prol do interesse público.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Passamos ao Pequeno Expediente.

Deputado Caíto Quintana, primeiro orador inscrito.

Deputado Caíto Quintana (PMDB)

O SR. CAÍTO QUINTANA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Gostaria de registrar um fato no dia e hoje, sei que esse fato é polêmico. Foi um assunto que, durante muitos anos fez com que o Paraná discutisse; pessoas fora do Paraná discutiram, porque se trata da estrada chamada Estrada do Colono, que corta o Parque Nacional do Iguaçu.

Pretendo, na semana próxima, fazer um pronunciamento mais consistente sobre essa história, porque, seguramente, ela não terminou com a sentença dada recentemente por uma Juíza substituta.

Vejam bem, quanto temos que corrigir nesta nação, em outros Poderes, inclusive. Porque quando o Poder Legislativo comete qualquer atraso, qualquer reunião que não saia, qualquer Sessão que caia por falta de frequência, tem uma avalanche de denúncias contra os Parlamentares.

A Juíza substituta, seguramente, sem conhecer muito do assunto, deu uma sentença de fechamento da estrada do Parque Nacional do Iguaçu, que estava com uma liminar há 21 anos. Isso significa que há 21 anos uma ação do Ministério Público, um Juiz, deu uma liminar fechando a Estrada do Colono. Passaram 20 anos sem que se dê uma sentença de mérito.

E, agora, uma Juíza substitutiva que, possivelmente nem Juíza fosse na época, não sei da sua idade, talvez nem fazendo curso de Direito ainda estivesse, dá uma sentença fechando uma estrada.

O que eu noto, a reportagem que está aqui, da Gazeta do Povo, não está colocando a verdade dos fatos. A Estrada do Colono é anterior a própria existência do Parque Nacional do Iguaçu, como ele é composto hoje. No princípio, o parque nacional era formado de poucos hectares em torno de Foz do Iguaçu. Posteriormente ele foi aumentado.

Enquanto vejo no mesmo jornal, o fechamento de uma estrada que não derruba nenhuma árvore sequer. Não se trata de abertura de estrada. Trata-se de conservação de uma estrada que é histórica no Paraná, responsável, inclusive, pela colonização do oeste e sudoeste do Paraná.

No mesmo jornal que vejo o fechamento da estrada, vejo na página anterior: "COP prende grupo acusado de desmatar área com Araucária, correspondente a 1.500 campos de futebol". Onde? Em Ponta Grossa. Num local, seguramente cercado por pessoas do IBAMA, do IAP, de todos os órgãos ambientais. E eu pergunto: e

essas ONGs, essas associações, essas centenas de pessoas que nem conhecem o Parque Nacional do Iguaçu, alguma vez levantaram a voz contra esse desmatamento que estava sendo feito lá? Alguém se preocupou, alguma vez, com os desmatamentos que estão sendo feitos no Paraná? Que estão sendo feitos no Brasil inteiro? Alguém por acaso, até hoje, fez qualquer tipo de análise sobre os poluentes jogados, aqui, na cabeceira do Rio Iguaçu e que leva conseqüências para as famílias e os moradores lá de baixo, onde o Rio Iguaçu deságua no Rio Paraná? Não! Ninguém diz nada! Tudo pode acontecer.

Virou bandeira de luta o fechamento da Estradas do Colono, pois eu lhes digo uma coisa: é a nossa bandeira de luta e continuará sendo e, de um momento para outro, este assunto voltará à tona. Eu voltarei, Sr. Presidente, na semana que vem, num discurso mais consistente, mostrando exatamente qual é o roteiro dessa questão, como surgiu o Parque Nacional do Iguaçu e quando surgiu essa estrada.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Segundo orador inscrito, com a palavra o Sr. Deputado Jocelito Canto.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, nosso eterno Deputado Stica que está visitando esta Casa, bem que eu gostaria de conceder-lhe um aparte, porém, primeiro que eu não posso porque estou no Pequeno Expediente e, segundo, porque não há condições, senão daria um aparte a V. Exa. Brincadeira! Um abraço ao Deputado Stica aqui presente, companheiro e amigo nosso.

Em primeiro lugar, Deputado Caíto Quintana, quero dizer a V. Exa. que sou favorável ao pronunciamento que o senhor acaba de fazer aqui. Acho uma grande injustiça não se ter a Estrada do Colono aberta. Quando eu entrei no Paraná, entrei por aquela região ali, onde V. Exa. morou por muitos anos. Entrei por ali, fiquei algum tempo ali, sei das dificuldades que é dar aquela volta lá por cima, o que representa isso para o nosso país. Polui mais dar a volta do que se fosse reto. A poluição que causa um carro ao dar a volta lá por cima, por Santa Tereza, não tenha dúvida, é maior que se fosse pela Estrada do Colono.

Quero registrar o meu apoio ao seu pronunciamento. Eu sou favorável que seja uma estrada ecológica, corretamente, como existem nos grandes países por aí. Uma estrada ecologicamente correta. Isso dá para fazer e é só querer. Isso é uma grande injustiça com o povo do sudoeste. Deputado Caíto tem toda razão.

Quero falar de uma coisa boa. Semana passada, eu ouvi falarem em indústrias, que as indústrias estão indo embora do Paraná e eu fiquei muito feliz, hoje. Convidado pelo nosso querido Prefeito de Castro, Prefeito Moacyr Fadel, que faz um grande Governo na cidade de

Castro, o Prefeito, num trabalho especial que nós acompanhamos, um trabalho maravilhoso do Prefeito Moacyr acabamos de vir ali do palácio, agora, onde a direção da Perdigão veio se encontrar com o Governador no sentido de preparar e organizar um grande investimento que vem para a região de Castro.

Castro vai receber um investimento, fora aquele que a Perdigão tem em Carambeí, hoje, e que já está ampliando, quase 6 mil funcionários na região de Ponta Grossa, Carambeí e Castro. Hoje, num almoço, a alta direção da Perdigão, os Diretores da Perdigão, o Ricardo Menezes, Nelson Vas Hacklauer, anunciaram, em visita ao Governador, o início de uma discussão sobre o investimento que virá para as regiões dos campos gerais e de Castro, em um trabalho especial do Prefeito, da sua equipe e que tem o apoio todo especial do Governo do Estado.

Fiquei muito feliz. É uma das bandeiras da industrialização e precisamos trabalhar por elas. Eu sempre fui um apaixonado pela industrialização, porque ela gera, Sr. Presidente, Deputado Anibelli, dignidade social de um pai e de uma mãe. Ela resolve todos os problemas sociais. Ficamos felizes ao vermos, aqui, a Perdigão anunciando um grande investimento para a nossa querida Castro e para a nossa região dos campos gerais. É um trabalho de investimento na geração de mais empregos para o nosso povo.

Sr. Presidente, como sou um cumpridor do horário, solicito o Horário do PTB a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

V. Exa. será atendido.

Passa a usar o horário da Liderança do PTB

O SR. JOCELITO CANTO

Obrigado, Sr. Presidente.

A vinda de mais investimentos, não tenham dúvida de que melhorar as condições e a dignidade do nosso povo, porque política não se faz só da boca para fora. Política se faz de ações, de trabalho e com obras acontecendo e aparecendo.

Tenho ouvido muito, aqui, apenas críticas ao porto de Paranaguá. Hoje, fiquei surpreso de que um dos Diretores da Perdigão disse exatamente ao Governador que sempre fazia os seus investimentos, primeiro, pelo porto de Paranaguá e depois passou para a região de Itajaí, o tão famoso porto, em Santa Catarina. Disse ele, e me causou surpresa, porque só tenho ouvido comentários negativos, aqui, do porto de Paranaguá, que agora a Perdigão está transferindo toda a sua embarcação por esse porto, está exportando cerca de 30% e vai transferir tudo pelo porto de Paranaguá, pela logística e pelo custo também. Isso me chamou a atenção, durante a reunião de hoje, no palácio. Eles mudaram, não neste Governo, Deputado Caíto Quintana. Eu disse que via todo mundo falar, que

as empresas saíram do porto por causa do atual Governo. O Diretor da Perdigão disse: “Nós saímos na época do Governador Jaime Lerner”. Fiquei surpreso, porque não tinha visto ninguém falar isso. O Diretor da Perdigão, hoje, disse na reunião, que eles haviam levado a maior quantidade de exportação, de transporte, durante o Governo Lerner e, agora, estão voltando para o porto de Paranaguá, que segundo ele, está fazendo um grande trabalho. Vemos um empresário, uma das maiores empresas do país, Deputado Péricles, dizendo isso.

Tratamos também alguns assuntos relacionados à saúde, que vão acontecer nos próximos dias. É importante estarmos brigando pela saúde. Os investimentos para o Hospital da Criança, os equipamentos, 1 milhão e 800, que o Governador vai liberar em seguida, para a licitação. Nós conversávamos sobre isso também.

Então, esses pontos são importantes. Você consegue fazer com que as coisas boas continuem acontecendo. Claro que dificuldades existem, na saúde, em todos os lugares sempre vai haver dificuldade, mas é bom sempre fazer aquela conta: o que veio, o que tinha e o que temos hoje. O que tinha era tanto, o que temos é isso e o que precisamos, ainda vai acontecer.

Se dúvida nenhuma, quando vemos coisas acontecerem, nos alegramos porque todos os dias estamos lá acompanhando o dia-a-dia na nossa cidade, na nossa região. E hoje, em especial, quero cumprimentar o nosso valoroso Prefeito de Castro, que tem feito uma brilhante administração. Uma administração voltada ao crescimento, ao desenvolvimento. Já criou um distrito industrial que não existia em Castro e agora as negociações prosseguem e poderemos ter um anúncio muito grande em seguida, da Perdigão para a cidade de Castro. Isso é muito bom, porque quando a região tem emprego, todas as cidades são beneficiadas e principalmente a região dos campos gerais.

E, também, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputado Luizão, sempre atento aos meus pronunciamentos, dizer da alegria que hoje o nosso partido, o PTB, começa a colocar na televisão algumas obras que ajudamos a construir. Ninguém faz nada sozinho, mas com a ajuda de segmentos do Governo, com a ajuda de outros companheiros, estamos conseguindo fazer obras importantes, como a obra do hospital regional que já está chegando na quinta laje e que seguramente, no ano que vem, Deputado Péricles, haveremos de estar terminando esse hospital e dando aquilo que nunca a nossa cidade teve, Deputado Artagão: um hospital regional muito importante para todos nós.

Eu dizia ao Governador hoje também, Deputado Artagão, que prenderam um monte de gente lá em Ponta Grossa, negócio de meio ambiente, mas o que me chamou a atenção, e comuniquei ao Governador: aqueles caras que pegaram as florestas do Paraná não pagaram. Tivemos um desfalque, o Paraná deixou de receber um dinheiro que deveria receber.

Baseado em auditorias que a Paraná Ambiental fez, precisamos reaver essas florestas. O povo do Paraná

precisa pegar de volta essas florestas. É um bom lucro para o Governo, porque é importante. Vemos corrupção para todo lado e se aproveitando de coisas públicas com a intenção de se beneficiar. Acho que o Governo tem que tomar providências com isso também. Já estamos lá na Comissão de Fiscalização, Deputado Artagão, convocando o Presidente da Paraná Ambiental nos próximos dias, para explicar as questões das auditorias, para saber em que pé está aquilo, se foi ressarcido o estado, se foi ajuste de conduta.

Deputado Rossoni, V. Exa. já levantou isso aqui, uns pagaram, outros não. E acho que é justo, se um paga, todos têm que pagar. Sou a favor disso.

Por isso, Sr. Presidente, quero fazer esse registro aqui desse importante acontecimento hoje, com o Prefeito de Castro, a sua equipe, e que em breve teremos novidades para a nossa querida região dos campos gerais. Isso que vale a pena. Fazer discurso é muito bom, eu adoro. Nós que somos radialista, temos o dom de falar, mas melhor que o marketing, melhor que o discurso é ver a obra realizada, é ver um pai de família arrumar um emprego, é ver um pai de família subindo, ver uma UTI melhorando aos poucos. Quando você vê as obras acontecendo, eu fico feliz, eu fico feliz porque ajudei a fazer alguma coisa. Não resolvo tudo, mas alguma coisa eu ajudei a fazer, porque se discurso resolvesse, não precisava mais ter licitação, não precisava ter nada, é só fazer - solicito ao Governador... não adianta - tem que conseguir com trabalho, com esforço, trabalhando conseguimos as coisas.

É assim que conseguimos idealizar as obras que estamos vendo e hoje é dia de cumprimentar Castro: parabéns ao nosso Prefeito, parabéns à sua equipe e breve, breve teremos novidades no que se refere a nossa Perdigão na região de Castro.

Falar é bom, ter voz bonita, eu tenho uma dificuldade que a minha voz é de taquara rachada, eu não nasci com aquele vozeirão, eu sou apenas uma radialista de voz de taquara rachada, mas de cabeça boa.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Esta presidência informa ao Deputado Jocelito e à Casa que ontem, representando a Assembléia Legislativa, em Paranaguá foi inaugurado o primeiro terminal público de álcool para exportação e o Ministro Brito, presente, elogiava a administração, porque foi construído às expensas do porto de Paranaguá.

Esta presidência registra a presença do Deputado Stica, com saudades, nosso sempre Deputado e nosso Diretor da SANEPAR.

Próximo orador inscrito, Professor Luizão.

Deputado Professor Luizão (PT)

O SR. PROFESSOR LUIZÃO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputadas, senhores e senhores.

Hoje fui participar de uma reunião do Conselho da Universidade Federal do Paraná, uma reunião ampliada, aberta à comunidade onde estava sendo discutido um projeto, um programa do Governo Federal, que é o REUNI. O programa visa criar condições, para ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais.

E nós acompanhamos pela imprensa, recentemente, uma manifestação dos estudantes que chegaram a ocupar o espaço da Reitoria da Universidade Federal, manifestando-se contrários ao programa e também exigindo, enfim, que se fizesse um plebiscito na universidade para discutir sobre o programa. Eu pude observar hoje nessa reunião do conselho que havia mesmo era muita desinformação, a respeito de um decreto que foi editado no dia 24 de abril de 2007, e que o decreto visa reestruturar a ampliar a Universidade Federal do Paraná. Aliás, não a Universidade do Paraná, mas todas às universidades federais do Brasil. É uma oportunidade às universidades de aderirem ou não ao programa. Elas podem não aderir, se não quiserem. O Ministério da Educação está destinando uma quantidade de recursos para esse programa, e a universidade que aderir ao programa ela terá para sua ampliação, a sua reestruturação e a sua melhoria, ela terá recursos para esta ampliação.

Então, não é apenas um programa que você vai ampliar os serviços da universidade, vai abrir novas vagas, sem que tivesse uma compensação financeira. Muito pelo contrário. Está sendo oferecido um auxílio financeiro para esta ampliação, mas cobrando, em contrapartida, o cumprimento de metas, que nós consideramos necessário. Evidente, nós custeamos, a sociedade custeia, mantém as Universidades Federais funcionando, evidente que a sociedade deve cobrar, cobrar desempenho, cobrar cumprimento de metas, principalmente no momento que o Governo oferece mais recursos a universidades.

Então, na reunião de hoje pudemos perceber muita desinformação, alguns criticando que o programa foi instituído através de decreto, porém o decreto permite à universidade aderir ou não. É a universidade que vai decidir se quer ou não aderir ao programa. Inclusive o parágrafo único do artigo 4º diz que o plano de reestruturação deverá ser aprovado, pelo órgão superior da instituição que é o conselho universitário, estando representados ali os professores, os servidores da Universidade Federal, os alunos, então todos estão representados neste conselho.

Eu vejo que é uma oportunidade que o Governo oferece para as universidades, além, claro do que nós já sabemos, que entre novas universidades e ampliação das já existentes, o Governo Federal está construindo e ampliando em torno de 30 novas universidades no Brasil. Isso além das escolas técnicas que já foi motivo de divulgação recentemente. O Governo pretende, até 2010, construir no Brasil 50 escolas técnicas para a formação de nossos jovens. O Paraná já foi contemplado com 6 ins-

tuições e já algumas começam a ser construídas este ano.

Eu só vi motivos para elogiar o programa que pretende ampliar as vagas, isso significa mais alunos na universidade, inclusive abrindo cursos à noite, porque a grande reclamação dos nossos alunos do ensino médio que trabalham é a dificuldade de cursar a universidade durante o dia e, sabemos que na Universidade Federal a maioria dos cursos é durante o dia. Eu mesmo, quando concluí o meu primeiro curso universitário há 15 anos atrás, foi durante o dia. Eu tinha que dividir meio período no trabalho e meio período na universidade. Então há uma grande demanda para que tenha cursos noturnos, inclusive é a primeira vez que a universidade vai abrir, por exemplo, curso de História no período noturno, para que os estudantes que quiserem cursar esta disciplina possam fazê-lo.

Então o programa prevê aumentar o número de vagas, o que é importante, o que é bom. Nós sabemos que há 4 anos atrás a Universidade Federal do Paraná foi pioneira quando aderiu a um outro programa do Governo Federal que era o PROVAR. Esse programa foi um sucesso nas universidades brasileiras. Hoje, na Universidade Federal, muitos daqueles que resistiam à implantação do PROVAR, já aceitaram.

O que é o PROVAR? O PROVAR nada mais é do que ocupar as vagas ociosas, permitir aos alunos da própria universidade que queiram mudar de curso ou alunos de outras universidades ou faculdades particulares que queiram ingressar na Universidade Federal, possam fazer através do PROVAR. O PROVAR são as vagas de alunos que desistiram. A universidade abre estas vagas, primeiro para os alunos da universidade que queiram fazer reopção de curso e depois para alunos de outras faculdades e universidades que queiram ingressar na Universidade Federal. Dessa forma a universidade não fica com vagas ociosas, os professores falando para as paredes. Inclusive aqueles que eram contrários hoje são unânimes em dizer que o programa é um sucesso na Universidade Federal do Paraná.

Passa a usar o horário da Liderança do PT

Só estranho que muitos estão resistindo à implantação do REUNI, mas aí tem uma explicação: as universidades particulares não têm interesse na implantação desse programa, por quê? Porque vai abrir mais vagas na universidade pública e aí os alunos não precisam ir lá na faculdade particular e pagar. Já o programa do PROVAR, na época, as universidades particulares resistiram e não faltaram representantes das particulares lá na Universidade Federal, contra o programa. Inclusive, hoje, eu presenciei lá professores que se formaram, trabalharam anos na Universidade Federal, fizeram doutorado e mestrado pagos com o dinheiro público, especialização, e hoje estão trabalhando em universidades particulares e esta-

vam lá, defendendo e organizando manifestação contra o programa do Governo Federal que pretende ampliar novas vagas na Universidade Federal.

Eu que sou da área de educação, assim como o Deputado Péricles e alguns outros Deputados que já tiveram experiência na educação, eu por 17 anos trabalhei, agora estou licenciado, na Escola Estadual no Paraná, da rede pública. E os alunos do ensino médio, quando estão concluindo o 3º ano do ensino médio, eles têm dois principais objetivos: um é encontrar um emprego. A grande ânsia do aluno que está se formando é encontrar um emprego, uma colocação no mercado de trabalho. E a segunda grande aspiração do aluno que está concluindo o ensino médio é cursar o ensino superior, de preferência em uma universidade gratuita. que é o caso da federal. Então, é claro que se a universidade ampliar o número de vagas, abrir novos cursos, vai oferecer e muito aos alunos, não só do ensino público, mas também do ensino particular, das instituições privadas de ensino, que vai abrir mais vagas, vai possibilitar mais alunos cursar o ensino superior.

Então, não vejo porque ser contra um programa dessa natureza, até porque toda ampliação, toda abertura de novos cursos vai ser custeada com o dinheiro do Governo Federal, dinheiro dos nossos impostos. E por exemplo, uma das metas do programa é aumentar a média de alunos por professor. Vejam os senhores e as senhoras, hoje a média na Universidade Federal do Paraná, a média de alunos por professor é 14,3. Então, é uma média super baixa. Quando fiz o curso, em algumas disciplinas, nós éramos em 4 alunos para o professor. É um desperdício do potencial do professor, dar aula para 4 alunos. Assim como hoje está sendo subutilizada a capacidade do professor de 14 alunos em média por professor.

Qual é a meta do programa no final de 5 anos? É 18 alunos por professor.

E que aumente o percentual de aprovação por curso, considerando os alunos que desistem, os novos que entram, que no final do curso tenha um maior número de alunos aprovados. Então é um programa que visa somente melhorias para a Universidade Federal. Agora, também pude perceber que existe lá na universidade um grupo de “filhinhos de papai” que tiveram a oportunidade de ingressar na Universidade Federal e que hoje se acham no direito de impedir um programa que visa abrir a possibilidade para novos alunos ingressarem na Universidade Federal

O Sr. Geraldo Cartário (PDT) (Aparte)

V. Exa. está com um pronunciamento oportuno, visto que esta Casa constantemente vem debatendo o problema educacional. Pergunto a V. Exa. se teria alguma notícia do Ministério da Educação a respeito do projeto do Senador Osmar Dias que está em tramitação para que as universidades Estaduais do Paraná sejam federalizadas, porque o que V. Exa. expôs hoje é a atuação da Universidade Federal do Paraná. Mas, lamentavelmente, só

temos uma Universidade Federal implantada no Paraná, quando Curitiba não tinha mais que 50 ou 60 mil habitantes. Logicamente que esta Universidade Federal não atende só Curitiba, mas ao Paraná e ao Brasil. Gostaria de saber se V. Exa., que tem a honra de integrar o Partido dos Trabalhadores, que hoje tem à frente não só o Ministro de Educação, mas também presidente, se realmente nós aqui do sul, V. Exa. que é de Pinhais e eu de Fazenda Rio Grande, aqui tem a Deputada de Araucária, de Colombo, enfim, se podemos dizer ao filho do trabalhador da região metropolitana que teremos uma universidade voltada para eles, ou seja, que possam estudar sem pagar a mensalidade absurda que as faculdades caçaníqueis estão aí colocando e cobrando exageradamente. Certamente, acho que esse é um pleito de todos nós.

Tenho acompanhado a tramitação do projeto, sei qual é a intenção do projeto que tramita em Brasília. É uma justa reivindicação do Paraná. Por quê? Porque outros estados lutaram por universidades estaduais, como é o caso do Rio Grande do Sul, que tem diversas universidades federais, enquanto que o Paraná tem diversas universidades estaduais.

É justo que o nosso estado - eu faço coro nessa luta - de tentarmos uma compensação para o estado do Paraná, assim como o Deputado Péricles defendeu, recentemente, porque o ensino superior é competência do Governo Federal.

Se o estado arca com esse ônus de gastar os recursos públicos com o ensino superior, é justo que tenha uma compensação por essa despesa que é competência do Governo Federal. O Governo do estado, sabemos que deveria usar esses recursos para aperfeiçoar o ensino médio, o ensino fundamental e o ensino técnico.

Deputado Cartário é justa essa intervenção, é oportuna, uma luta que nós devemos estar continuamente travando aí, para tentar compensar o Paraná, com recursos que hoje o Governo Federal está desobrigado em função de que o Paraná está arcando, com o ensino superior.

Quero concluir aqui, dizendo que devemos incluir a sociedade nessa discussão que hoje se trava na Universidade Estadual do Paraná. Não permitir de quem já teve o acesso lá possa colocar obstáculos para que a universidade amplie suas vagas e permita que novos alunos ingressem. Essa é uma discussão que tem que ser feita não só no interior na universidade, mas também, a sociedade deverá participar. Porque esses alunos que o Cartário fala, da região metropolitana, eles devem ter a oportunidade, porque segundo o Reitor da Universidade Estadual do Paraná, no final de 5 anos, a universidade estará disponibilizando pelo menos 6 mil novas vagas, na Universidade Federal a cada ano para que os alunos da escola pública, da escola de ensino privado também, tenham mais facilidade de cursar um ensino superior gratuito e de qualidade.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Próximo orador inscrito o Deputado Tadeu Veneri.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Pretendia fazer uso da tribuna no dia de ontem, para fazer um registro, que obviamente será feito inclusive de forma mais completa, no dia de amanhã. Mas, por solicitação que já foi feita na sexta-feira, não podia deixar de fazê-lo no dia de hoje. É mais do que um registro, uma nota de repúdio, da nossa bancada com o ocorrido na sexta-feira, durante uma das matérias que estava sendo feita por jornalistas da RPC e da Rede Globo e que chegaram por conta de uma notícia dada pela própria Polícia, que estava ocorrendo em um determinado local em Curitiba atividades vinculadas ao jogo - obviamente atividades ilícitas - e a Polícia iria fazer lá um determinado movimento. Chegando lá chamaram os repórteres - o que aliás é normal. Para nossa surpresa, Deputado Luiz Carlos Martins que é dessa área, quando localizaram, segundo também os jornais, determinadas pessoas, entre elas inclusive a Vereadora - que aliás foi Vereadora comigo, Vereadora Neli Almeida, não sei se estava ou não estava mas isso está nos jornais - foi chamado a Rede Paranaense de Televisão e o cinegrafista. Enquanto fazia matéria, um advogado, que não se sabe exatamente por quem foi chamado questionou a matéria que ele estava fazendo, Humberto Vendramel, o nome desse cinegrafista, desferiu um soco no rosto dessa pessoa. Os jornais no dia seguinte, Deputado Cheida, são extremamente eloqüentes quando mostram a fotografia dessa cinegrafista com o nariz machucado, sangrando e mesmo assim continuando a fazer a matéria. Por que estou falando disso? Porque amanhã, acredito que a Deputado Luciana e o Sindicato dos Jornalistas estarão aqui fazendo com mais detalhes o relato das medidas que estarão sendo tomadas.

Ontem, falamos muito sobre a questão da violência, não apenas na violência de Cascavel, que eu fui pessoalmente até local, sobre o caso específico registrado em Colombo, mas esse caso também é emblemático e não poderia deixar de lado. Preocupa-me a escalada que estamos tendo de agressões quase que diárias, isso sem que tenhamos uma medida muito dura e contundente com relação aos agressores. Sei que isso não compete a determinados setores, não compete exclusivamente ao Governo, à Polícia Militar, à Polícia Civil isoladamente, é um conjunto de fatores. Agora, é inadmissível que um cinegrafista que está no exercício da sua profissão, ao filmar um determinado local, porque foi chamado, seja agredido por um advogado que não quer que aquela matéria seja feita. Acha que não deveria, quando o local não é público. Aliás, é um local, como a própria Polícia colocou, um local de jogos de azar, que é proibido desde que o Governador Roberto Requião assumiu e tem feito uma batalha incansável contra os bingos, vídeo pôquer, contra todos os tipos de atividades. Como é que nós podemos ficar silentes quando vemos acontecer uma situação como essas?

Acredito que esta Assembléia Legislativa já se manifestou, só estou fazendo tardiamente, mas estou fazendo isso porque amanhã o Márcio estará aqui, o Presidente do Sindicato dos Jornalistas, talvez não tenhamos todos os Deputados em Plenário, mas é necessário. Eu não falo em meu nome, apenas acredito que o Partido dos Trabalhadores e todos os Deputados e Deputadas não podem e não irão pactuar com esse tipo de atividade. Se a partir de determinadas visões nós podemos impedir que determinadas matérias, que determinados segmentos possam vir a ser expostos, não devam ser expostos ou possam ser protegidos, volto a dizer aquilo que eu falava ontem: não há porquê termos imprensa, não há porquê termos Assembléia, não há porquê termos o Ministério Público, porque aí a lei é do mais forte. E nesse caso, o mais forte não vai prevalecer, terá o apoio de todo o cidadão de bem. o advogado que o agrediu, acredito que a OAB deverá, a seu tempo, publicar, uma nota repudiando esse tipo de atitude, porque não pode a OAB compactuar com atividades truculentas como aquela que vimos na sexta-feira à tarde.

Eram essas as considerações.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Próximo orador inscrito, passamos a palavra ao Deputado Plauto Miró Guimarães.

Deputado Plauto Miró (Partido Democratas)

O SR. PLAUTO MIRÓ

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Quando abrimos os principais jornais do estado do Paraná e dos campos gerais, vimos infelizmente a notícia daquilo que o órgão ambiental do estado do Paraná, no seu escritório regional de Ponta Grossa, acabou proporcionando. O corte de pinheiro Araucária, onde foram permitidos, com venda das suas autorizações. Na verdade, é pelo que trazem as declarações da Polícia e todos aqueles órgãos que investigaram aquela situação, mostra claro que um esquema de corrupção existia dentro das autorizações e corte dos pinheiros Araucária que eram dados naquele órgão ambiental. Mais de 27 mil metros cúbicos de pinheiro Araucária foram cortados. Isso significa mais de 30 mil pinheiros. Não sabemos, exatamente, aqueles que realmente estão envolvidos nessa quadrilha que fraudou essas autorizações, nesses últimos anos. Isto aconteceu no Governo Roberto Requião. E, naturalmente, só para vocês terem idéia, mais de 30 mil pinheiros Araucária, um número maior que os pinheiros Araucária que estão dentro das unidades de conservação da nossa cidade de Ponta Grossa. É bastante. É um número elevado de pinheiros e naturalmente o que nós vimos, no decorrer do tempo, no período da formatação e do decreto que o Presidente Lula assinou, criando as unidades de conservação para preservar o pinheiro Araucária, todos aqueles que discursaram na época, dos órgãos

ambientais, autorizaram e estão sendo investigados - é a palavra correta - para ver a responsabilidade que cada um deles tem.

Já prenderam, de ontem até hoje, funcionários. Um acontecimento interessante: um funcionário de uma ONG, do município de Ponta Grossa, era cedido pela ONG para trabalhar no órgão ambiental como fiscal, ele não tinha as prerrogativas, não era funcionário de carreira, não era funcionário concursado, mas estava fazendo o papel de fiscal do IAP. Mas, pelo que trazem as declarações policiais, foi armado um tripé, onde utilizavam um pequeno madeireiro, que procurava o proprietário rural, aquele proprietário que veio pedindo autorização para poder tirar alguns pinheiros da sua propriedade. E quando ele pedia, esse fiscal, entre aspas, procurava esse que tinha o interesse e ali pedia um determinado valor, para que pudesse ser autorizado. E dentro disto existia, também, um técnico, um engenheiro florestal, que elaborava os projetos para que esses projetos pudessem ser aprovados, e lá no final de tudo saía a licença autorizando o corte. É claro, em troca de propina.

Quero aguardar, para ter uma coerência e analisarmos após as investigações, os reais responsáveis por tudo o que aconteceu lá. Mas, a verdade é uma: os pinheiros foram embora. Hoje, tem fotos nos jornais, na Gazeta do Povo, no jornal Diário dos Campos, de Ponta Grossa, no Diário da Manhã, uma das áreas que foi devastada e estas áreas estão dentro da região dos campos gerais.

Então, está aí, com várias pessoas presas, aquelas envolvidas diretamente, já prenderam madeireiros que pediram para que retirassem árvores de suas propriedades e participaram deste processo de corrupção. E, naturalmente, agora, nos resta aguardar as investigações para que os culpados possam ser punidos. Agora, a verdade é uma: este pessoal que lá assumiu foi, segundo o que traziam os meios de comunicação, no ano de 2003, foram lá para limpar, tirar os corruptos de dentro daquele órgão. E assim falavam, que houve sindicância, afastaram pessoas do passado, não provaram nada, porque ação nenhuma está correndo diretamente na Justiça. Só que os paladinos da moralidade, que foram para limpar o órgão, em Ponta Grossa, acabaram apodrecendo, e a realidade e o resultado de tudo isso é notícia no estado do Paraná e no Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Concedemos a palavra ao Deputado Valdir Rossoni, no Pequeno Expediente.

Deputado Valdir Rossoni (PSDB)

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Temos travado uma batalha para buscar informações. Isto até parece surreal, porque Parlamentar que pre-

cisa fazer o esforço que nós temos feito para obter informações do Governo, que nós temos obrigação de ter conhecimento, é algo um pouco estranho. Mas, há sessenta dias a Bancada de Oposição fez um requerimento aqui pedindo que o Governo informasse aos parlamentares quanto tinha gasto nos últimos anos com ONGs e OSCIPs. Aí houve todo aquele ensaio, o Líder do Governo, meu caro amigo Deputado Romanelli, impôs condições naturais e óbvias de aprovação do requerimento, disse que queria também as informações do Governo anterior e eu concordei e até disse, em tom de brincadeira, que essas informações poderiam ser desde o começo do mundo ou da emancipação do Paraná. Mas, sessenta dias se passaram e não tenho as informações. Aí, em um esforço da nossa assessoria e dos parlamentares de Oposição, fomos fazer um estudo de quanto se gastou, porque na semana passada já aconteceram números extraordinários aqui, pois ficamos espantados com os recursos com viagens, com hospedagens do cartão corporativo. Foram 63 milhões, sendo 18 milhões com cartão corporativo, que são viagens de servidores públicos, e o mais grave, 45 milhões do primeiro escalão com despesas de viagens que o primeiro escalão recebe o ressarcimento, porque viaja e ao voltar traz as despesas e recebe o ressarcimento - são 45 milhões, mais 18, são 63 no ano de 2006.

Aí, como este Governo é pródigo em números, com aqueles números eu disse: olha, com a demora das informações que foram feitas pela Oposição, deve ter algo extraordinário no número das ONGs e aí vamos estudar. Fomos buscar o orçamento, a prestação de contas, fomos nos aprofundando e ontem fechamos a madrugada com a nossa assessoria e até quero agradecer, aqui, a nossa assessoria e os parlamentares de Oposição que participaram conosco. Fechamos os números ontem, Deputado Romanelli. V. Exa. certamente não ficará com os cabelos em pé, mas veja aqui e quero dizer que não tem nem os centavos, está tudo certinho, números esses do balanço do estado, da prestação de contas do estado. Claro que é muito difícil para você encontrar todas as ONGs lá e por quê?

Você pega um calhamaço de papel de um ano, deste tamanho, aí você tem que achar por Secretaria e ver onde estão enterradinhos os valores das ONGs. E aí agora vou citar os números.

Passa a usar o horário da Liderança do PSDB

Em 2003, o Governo gastou 41 milhões com ONGs, pagou. Em 2004, aí já começam as questões extraordinárias, porque de 41 foi para 103 milhões. Em 2005, 110 milhões. Não estou falando mil, mas estou falando milhões. Em 2006, 129 milhões. Teve um acréscimo, de 2003 até 2006, de 214%.

Deputado Romanelli, V. Exa. acha que não temos o direito e tenho certeza, pelo espírito democrático que

V. Exa. exerce na função de Líder, tenho certeza que V. Exa. também vai querer saber, detalhadamente quais são as ONGs, o que fez e o que pagou, porque tudo vem em cadeia.

Na última semana tivemos aqui uma reportagem da revista IstoÉ, onde ela dá um pequeno toque - talvez eles já tenham esses números, mas não acredito, porque esses números foram fechados ontem à noite, os números finais - eles já dão um toque aqui de uma ONG que recebeu 19 milhões, e uma série de detalhes aqui, através do DER. Isso suscitou mais dúvida ainda.

Então, aí é que eu quero fazer o questionamento aos Parlamentares desta Casa e ao Presidente em exercício - por força maior o Presidente não está aqui, o faria se ele estivesse - Sr. Presidente, 60 dias se passaram, as informações não passaram, aí acontece o seguinte: nós temos que fazer um esforço brutal para buscar os números, mas o Tribunal de Contas não tem, imaginem, quem fiscaliza, o Tribunal de Contas não tem o detalhamento desses números. Espera aí, em 2003, 41 milhões; em 2006, 129 milhões; em 4 anos, 384 milhões. Olha gente, 384 milhões é dinheiro que não tem quem acabe! Daria para fazer o melhor programa educacional que o estado poderia realizar, daria para fazer um programa de apoio aos pequenos agricultores, fantástico, porque os valores são maiores que o Paraná Doze Meses, os recursos são maiores do que estão investindo do Paraná Urbano. Se nós pegarmos as despesas dos últimos 4 anos, com viagens, com deslocamento e com ONGs, dá 600 milhões, Deputado Traiano, 600 milhões.

Por esta razão, apelo ao Líder do Governo que nos traga urgente o detalhamento dessas despesas. E por razões óbvias, com os números que trouxemos na semana passada, os grandes segredos do estado, estamos notando que está nos números do orçamento da prestação de contas. Por esta razão, eu não falei com um Parlamentar aqui, e também quero colocar à disposição, mas não há mais como, e veio em cadeia, recebi agora, aonde todo dia eu estou na batalha, na luta da fiscalização, recebi aqui os 22 motivos para desconfiar do Governo. Não quero colocar 22.

Por esta razão, estamos propondo uma CPI para buscarmos todos esses números, essa CPI, denominada CPI da Corrupção. Por quê? Ora, Deputado Marcelo Rangel, enterraram a sua CEI da Comunicação. Os televisores laranja, os famosos, que você compra por 40% mais barato. Um momento veio o Secretário e disse que é mais caro, porque tem o cartão de leitura e USB. No segundo momento disse que veio da fábrica e quem está adaptando esses equipamentos é uma indústria de móveis de São José dos Pinhais. Já venceu o prazo de entrega dos televisores, não entregaram para as escolas. Os valores dos televisores são exorbitantes! Se formos fazer a mesma compra hoje, podemos economizar R\$ 6 milhões!

Por esta razão, estamos escrevendo aqui: "para investigar e apurar...", porque somos em poucos Deputados da Oposição. Se dividirmos em tantas quantas CPIs

forem necessárias para buscarmos informações, terá um Deputado da Oposição cada CPI.

Por isso, estamos propondo investigar e apurar as irregularidades que vêm sendo denunciadas, não no que respeita a gestão de recursos públicos na comunicação social, nas transferências de recursos para entidades não governamentais e organizações sociais, nos gastos com viagens de servidores públicos, na SANEPAR e na compras de TVs pela Secretaria da Educação.

Escolhemos seis assuntos que estão na crista da onda, que não têm resposta, nem esclarecimento.

Apelo aos Srs. Parlamentares, este requerimento de proposição está à disposição dos senhores para subcreverem, porque não tem mais como. Não respeitam mais o Regimento da Casa, não cumprem os prazos.

Aí sim, começa a ter razão às vezes o que o Deputado Luiz Claudio Romanelli diz aqui: "Factóides". Por quê? Pedimos informações e não vêm. Você não tem a consistência do que você levanta.

Não é possível, como Parlamentar não aceito isso! Não aceitamos isso! As informações são necessárias!

Poderia tirar a minha placa do gabinete escrito Deputado Valdir Rossoni e colocar Centro de Denúncias de Corrupção, porque não consigo mais receber tantas denúncias! Só hoje, marquei para semana que vem 3 reuniões de informações!

Se começar a chegar informações ficam mais fáceis as nossas investigações.

Deputado Antonio Anibelli, V. Exa. que, com competência, está exercendo a função de Presidente neste momento, gostaria que V. Exa. levasse para a Executiva desta Casa o nosso apelo, que os prazos fossem respeitados. Trinta, 60 dias já se passaram. Não tenho os números. E os números deixam qualquer um de cabelo em pé.

Muito obrigado!

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Na próxima reunião da Mesa o seu pedido será apresentado.

No Grande Expediente, com a palavra o Deputado Pastor Edson Praczyk.

Deputado Pastor Edson Praczyk (PRB)

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

No início desta Sessão ouvimos o Deputado Caíto Quintana. Em sua fala abordou o assunto Parque do Iguaçu.

Este Parlamentar que vos fala, coincidentemente, fala de um outro parque. O famigerado parque de Almirante Tamandaré.

Digo famigerado porque essa questão levantada por mim, em 2005, continua se arrastando até a presente

data. Para quem não se lembra, trazendo à baila o assunto, o parque ora citado neste pronunciamento é aquele que custou aos cofres públicos, só de desapropriação, nada menos, nada mais do que 8 milhões 594 mil 430 reais e 46 centavos, fora todos os demais gastos para a implantação de um parque de lazer, reformas, setor hípico, totalizando quase 13 milhões.

Ora, ouvi inúmeras vezes, dentre vários Deputados, O Deputado Valdir Rossoni reclamar que tem feito papel de Parlamentar chato, por bater na mesma tecla, por ser, muitas vezes, redundante e insistente com determinadas solicitações de informação, Deputado Traiano. Lamentavelmente, eu tenho, independentemente de não fazer parte nem da bancada ou bloco de sustentação ao Governo, nem da Oposição propriamente dita, mas do bloco suprapartidário, Deputada Rosane, o Bloco Independente, mas sou obrigado a dar a mão à palmatória quando o Deputado Valdir Rossoni diz: “sinto-me frustrado quando não consigo as mínimas informações deste Governo”, que, diga-se de passagem, se autodenomina um Governo transparente. Não é mesmo, Deputado Luiz Carlos Martins? Diz-se um Governo transparente, em verso e prosa. O Líder do Governo, Deputado Romanelli, afirma que é um Governo transparente, bem como os demais Deputados que compõem a base de sustentação ao Governo.

Por esta experiência em específico, Deputado Anibelli, tenho sincera e honestamente as minhas dúvidas do porquê uma questão tão simples ou aparentemente simples já esteja cantando parabéns fazendo aniversário e até então não me foram fornecidas todas as informações, desde o início desta lida, desde o início deste percurso, desta *via crucis*.

Para relembrar todos os fatos trilhados por este Parlamentar, Srs. Deputados, Deputado Péricles, no Dia 30 de novembro de 2005, estamos em 2007, fiz um requerimento de pedido de informações, aprovado nesta Casa, para a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, composto de 7 questões. O ofício da Casa Civil foi enviado com as respostas a esse pedido de informações, Srs. Deputados, no dia 17 de fevereiro de 2006, ou seja, 49 dias excedentes do prazo legal, Dra. Lygia, porque segundo o artigo 55 da nossa Constituição, são 30 dias apenas o prazo estipulado para serem fornecidas toda e qualquer informação encaminhada ao Secretário.

Das 7 questões, apenas 3 delas foram respondidas, mas não a contento. Faltaram 4, das quais faço questão de ler: “Qual o cronograma para a instalação e obras a serem realizadas, pelo Instituto Ambiental do Paraná, responsável pela fiscalização efetiva do parque? Qual o custo de implantação em relação à adequação da área do parque e os custos para a instalação de equipamentos esportivos, recreativos e de lazer e quem estaria utilizando-se da área? Já que não foi de pronto instalado o parque, quem estaria ocupando a área?”

Pedi a cópia do inventário florestal. Fui forçado, Srs. Deputados, a fazer um segundo pedido de informa-

ções, Deputados Anibelli e Beti Pavin, em um requerimento aprovado no dia 4 de setembro de 2006, solicitando o reenvio das questões pendentes, para a Casa Civil e a Procuradoria Geral do Estado. Um ofício da Casa Civil, Srs. Deputados, enviado com as respostas ao pedido de informações, aconteceu apenas no dia 22 de novembro, também em 2006, ou seja, 48 dias excedentes do prazo legal, novamente, arranhando a determinação da Constituição, no seu artigo 55, que estipula - volto a frisar apenas 30 dias para essas informações sejam fornecidas. Não mais surpresa foi a minha, quando essas informações vieram capengas, faltando duas em especial. A xerocópia do inventário florestal, através da Procuradoria Geral do Estado - oh, documento difícil de ser conseguido! E a xerocópia do processo de desapropriação da área, bem como os critérios do valor sugerido pela avaliação da Procuradoria Geral do Estado, em relação ao valor do pagamento da desapropriação. Tentei nesse reenvio de pedido de informações, nobres Pares, ser mais claro, para que não se alegasse que o meu questionamento deixou dúvidas, para que se tardasse o envio desse pedido de informações.

Finalmente, Deputado Waldyr Pugliesi, fiz um requerimento de reenvio de pedido de informações, aprovado no dia 17 de julho de 2007, protocolado em 8 de agosto de 2007, portanto, 46 dias excedentes do prazo legal. Virou moda, o primeiro veio excedente 49 dias e o segundo pedido de informações, veio com a informação capenga, excedente em 48 dias e esse, 46 dias, sempre uma média de 40, quase 50 dias.

V. Exa. há de convir, Deputado Antonio Anibelli, que para um Governo que se autodenomina transparente, porque cargas-d’água tem sido tão difícil, Deputado Reinhold, essas informações? Mediante tudo o que foi explicado, Sr. Presidente, já que esse último reenvio de informações sequer foi dado o retorno, mesmo se o fosse de forma truncada e evasiva, Deputado Marcelo Rangel. Faço inicialmente, Deputado Antonio Anibelli, Presidente em exercício desta Casa, uma Questão de Ordem para V. Exa., com base no artigo 55. Quais providências a Mesa realmente tomará a partir da data de hoje, uma vez que pela terceira vez essas questões não foram respondidas a este Parlamentar - que pura e simplesmente tem feito uso das suas prerrogativas, apenas isso - Informações, penso eu, que não são difíceis, não estão no fundo do baú.

Este é o primeiro questionamento que faço a V. Exa. porque será acionada a Procuradoria Geral da Assembleia Legislativa, que prazo terão para que se puna o Secretário ou o Chefe da Casa Civil, ou sabe-se lá quem, das informações estarem sendo negadas a este Parlamentar. Este é o questionamento que faço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Respondo a V. Exa. que neste instante tomo conhecimento. O Deputado Nelson Justus foi a uma reunião dos Presidentes das Assembleias em Boa Vista, lá em

Roraima. Posso acionar hoje a Procuradoria da Casa para ver ou reiterar o seu ofício, dando um prazo limite, que é a função nossa. Todos os Deputados têm que ser atendidos dentro do nosso Regimento, que é de 30 dias, para responder, e desconto o tempo de V. Exa. V. Exa. está no 13º minuto, lhe restam 17.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB)

Faltou apenas um outro esclarecimento: V. Exa. não me disse que prazo a Procuradoria tem para responsabilizar o Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

A Procuradoria da Assembléia? Posso pedir. Enquanto V. Exa. faz o pronunciamento, para que eles acionem o Secretário faltoso. Imediatamente eu assino, não me furtarei a isso.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB)

Muito obrigado.

O Deputado Valdir Rossoni, fez menção dos prazos. Esgotar prazo. Srs. Jornalistas, senhoras, senhores, aqui está mais um exemplo que passou a ser um modismo da parte do Governo que aí está: exceder-se prazos para fornecer informações.

Este Parlamentar que vos fala deixou isso bem claro em sua rápida explanação.

Mas, não só não se tem observado os prazos legais nas respostas dos pedidos de informação, Deputado Valdir Rossoni, como na implantação de tudo o que foi proposto, pelo menos no papel, desse suposto parque de Almirante Tamandaré, os prazos ali justificados sequer foram observados. Aqui tenho um documento vindo da Casa Civil que no prazo de 180 dias se faria o parque de lazer. Tenho passado constantemente na frente da área, que já ficou batizada até de “curilândia”, e nada tem sido feito, a não ser que seja atrás dos montes, porque tem um morro muito grande, só se todo o parque estiver sendo feito onde os olhos não alcançam, Deputado Cheida. Infelizmente.

Então, vou seguir o exemplo do Bloco de Oposição e fazer-me valer de uma prerrogativa como cidadão e não mais como Parlamentar, não duvidando que a Casa tome as devidas providências, mas terei que caminhar paralelamente, porque quero essas informações. Estarei apelando para o Ministério Público, vou seguir o exemplo de V. Exas. para ver qual mecanismo proporcionará a este Parlamentar todas as informações.

Concedo aparte ao Deputado Cheida.

O Sr. Luiz Eduardo Cheida (PMDB)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Agradeço, Deputado Edson Praczyk, e gostaria de dizer o seguinte: as informações que V. Exa. solicita dizem respeito à época em que eu estava à frente da

Secretaria do Meio Ambiente do Estado, e tenho todo o interesse direto de ajudá-lo a esclarecer estas questões, porque eu estarei auxiliando não apenas a V. Exa., mas ao povo do Paraná, se ainda restam dúvidas.

Então, gostaria de lhe pedir, e é um pedido que V. Exa. permita que eu também lhe auxilie para que, junto ao Governo do Estado e junto aos Secretários respectivos que devem responder esses dados, possamos junto verificá-los.

Eu não quero fazer nenhum compromisso aqui, porque não sou Líder do Governo, mas como Deputado volto a reiterar que tenho todo o interesse que esta questão fique absolutamente esclarecida, porque penso também que toda a demora enseja uma dúvida e a dúvida, é claro, é tudo que não podemos desejar. A certeza é muito mais adequada em quaisquer que sejam os questionamentos públicos, quando se trata de esferas de poder, do que a dúvida, porque ela, seguramente, enseja suspeita e isto é o que nós não queremos.

Então, quero lhe agradecer o aparte e quero lhe fazer um pedido que permita que junto a V. Exa. eu também possa verificar essas respostas e lhe trazer aqui no tempo mais rápido possível.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB)

Agradeço a V. Exa. e aceito esta ajuda que será de grande valia.

Confesso que quando iniciei este pedido de informações, compreendi, até foi argumentado isto, justificando as primeiras demoras, de que o meu questionamento era muito complexo e então, Deputado Ney Leprevost, eu levei, como se diz popularmente, em banho-maria, mas quando houve uma reincidência e a terceira vez, todos os demais pedidos de informações ou vêm incompletos, insatisfatórios, evasivos ou não vêm, simplesmente não chegam, como foi este último caso - desde o dia 17 de julho, pedido de informações protocolado dia 8 de agosto de 2007, portanto excederam-se 46 dias e nada.

Então, só me resta apelar para a Mesa Executiva da Assembléia Legislativa, com base no artigo 55, a Procuradoria Geral tome as devidas providências e responsabilize o Secretário de toda essa demora, ou sequer da falta de satisfação e, paralelamente, estarei no dia de hoje ou mais tardar amanhã, acionando o Ministério Público para que essas informações, queira Deus, cheguem até este Parlamentar.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Deputado Pastor Edson Praczyk, pelas informações que acabo de receber, o Dr. Airtón Loyola está numa consulta médica, mas me parece que as informações já estão nesta Casa e eu acredito que em poucos minutos V. Exa. as terá aqui no plenário.

Horário das Lideranças:

Encerrado o Grande Expediente, Deputado Geraldo Cartário, no Horário das Lideranças.

(Declina)

Bloco PSB / PR / PRP / PV, Bloco PPS / PMN, Democratas, PP, PMDB.

(Declinam)

Liderança do Governo, com a palavra o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Liderança do Governo: Deputado Luiz Claudio Romanelli

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, agradeço a gentileza, estava atendendo à imprensa e pensava que os partidos falariam antes disso, mas, quero dizer aos Srs. e Sras. Deputadas que ouvi hoje na tribuna novamente o Deputado Valdir Rossoni. Ouço o Deputado Valdir Rossoni até porque tenho a responsabilidade e o compromisso de ouvir o Líder da Oposição aqui nesta Casa.

Quero dizer, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que os números que o Deputado Valdir Rossoni ditou da tribuna são absolutamente desprovidos de qualquer conteúdo que tenha significado, que possa ter havido algum tipo de transferência de recursos para ONGs nesse montante. Quero dizer que nosso Governo é um Governo que tem se pautado pela conduta ética, é um Governo austero que zela pelo dinheiro público. Deputado Valdir Rossoni, quero dizer que respeito e que a Oposição tem o direito de ter as informações, de questionar, de se aprofundar no debate, mas quero dizer a V. Exa. que recursos que foram aplicados em entidades não governamentais, certamente, nós temos os recursos que foram repassados para as APAEs, com certeza absoluta. Muito pontualmente, em uma ou outra área o Governo pode ter repassado esses recursos.

Recebo aqui, para dar exemplo e chega aqui, eu pedi um fax à Secretaria de Educação, aliás Deputado Valdir Rossoni, do pedido de informação que vai ser repassado a V. Exa. Até para informar a V. Exa.: no dia 2 de outubro a Secretaria de Educação enviou, através do protocolo nº 9480839-1 - em relação ao requerimento formulado por V. Exa., foi o Chefe da Casa Civil, Rafael Iatauro, no dia 2 de outubro, hoje é dia 24, muito provavelmente já deve estar na Casa essa resposta formulada pela Secretaria de Educação.

Diz aqui: Deputado, apesar das transferências feitas nesta gestão serem maiores, elas aumentaram basicamente para as APAEs, enquanto na gestão Lerner foram para ONGs que nem existem, como por exemplo, e aí os números na verdade são números que merecem ser vistos.

APAEs: para as APAEs o Governo repassou, V. Exas. aqui sabem o trabalho das APAEs do Paraná, seja Deputado da Situação ou Oposição, todos conhecem. Para as APAEs, no período de 2003 a 2007, e APAE é uma enti-

dade não governamental, foram repassados R\$ 311.762.872,66. Ou seja, eu disse que V. Exa. estava criando um factóide hoje quando daquela tribuna anunciava os números, dizia: "São os recursos transferidos para as APAEs." APAE não é ONG, APAE é uma associação civil sem fins lucrativos, fruto da organização da comunidade, de reconhecida utilidade pública, votado inclusive por esta Casa para cada uma delas poder receber. Prestam contas desses recursos ao Tribunal de Contas e o Deputado Valdir Rossoni sabe muito bem o papel importantíssimo que as APAEs têm no processo educacional das crianças portadoras de deficiência no nosso estado e no nosso país.

Foram repassados ainda para as APMFs R\$ 902.000,00, associações de pais, mestres e funcionários de colégios estaduais. Foram repassados ainda R\$ 1.241.200,00 para brigadas do trabalho. Para os Conselhos Indigenistas, são dois conselhos que temos no Paraná, R\$ 580.394,50. E para a ARCAFAR, R\$ 5.524.588,08. Esses são os números. Agora, esses são os números dos repasses feitos pela Secretaria de Educação nesse período. V. Exas. certamente já ouviram falar aqui, na Associação Mantenedora de Comunidade Isolada e Carente, R\$ 513 mil repassados no Governo Jaime Lerner.

Deputado Valdir Rossoni, acho que V. Exa. não está querendo ouvir o que vou falar. Sr. Presidente, vou fazer o seguinte, o Líder da Oposição chama a atenção da gente, cria de fato a necessidade da informação, mas quando vamos prestar a informação, ele não quer ouvir.

Então, Sr. Presidente, vou encerrar o meu discurso, já prestei à Casa as informações que eram necessárias em relação, Deputada Rosane ao factóide criado, acho que ficou muito claro para V. Exa os R\$ 311 milhões que foram repassados para as APAEs, para outras entidades. Aqui tem a relação do que foi feito no Governo Jaime Lerner, mas nem vou falar sobre isso, porque me parece que o Deputado Valdir Rossoni não tem interesse em ouvir quando vamos prestar as informações.

Sr. Presidente, vou encerrar o meu pronunciamento, por conta, é claro, que infelizmente, gostaria que o Deputado Valdir Rossoni pudesse ter em relação a este Parlamentar, no exercício da Liderança do Governo, o mesmo respeito que tenho por ele. Quando ele vai falar, presto atenção, ouço e ele faz questão de não me ouvir.

Por isso, Sr. Presidente, encerro aqui o meu pronunciamento.

Muito obrigado,

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

No horário da Liderança da Oposição, Deputado Valdir Rossoni.

Liderança da Oposição: Deputado Valdir Rossoni

O SR. VALDIR ROSSONI

Deputado Anibelli, tinha assumido um compromisso com o Deputado Cartário, dele fazer o uso da Lide-

rança da Oposição. Então, vou usar cinco minutos, até para que possamos nos entender com o Líder do Governo. Dizer a ele, primeiro, que presto atenção nos seus pronunciamentos que para a minha pessoa são importantes.

Há uma grande contradição. Espere aí, não vamos falar em APAEs, ninguém é contra a lei. Então, daqui a pouco, não vão assinar a CPI por causa de APAEs.

O que estou dizendo, Deputado Luiz Carlos Martins, didaticamente: dia 16 de agosto foi aprovado, aqui nesta Casa, um requerimento da Oposição pedindo os gastos detalhados das ONGs e OSCIPs. Venceu o prazo em setembro. Nós entramos com o requerimento, protocolamos na Secretaria, pedindo as informações. Por que protocolamos lá? Porque nos dá o direito, se não prestadas as informações, entrar com mandado de segurança.

Toda a cautela temos tido. Disse o seguinte: se o Governo tivesse, dia 16 de agosto, rapidamente, prestado as informações, talvez nós não tivéssemos ido buscar os números finais.

Agora, não vamos aqui distorcer o que eu falei. Ninguém é contra recursos da APAE, mas, mesmo para as APAEs, a obrigação é prestar contas. Isso tem que ficar transparente, nítido, para que o Líder do Governo entenda que agora, inclusive, a imprensa disse: “Rossoni, onde estão as irregularidades?” Eu não posso apontar as irregularidades sem ter as informações. Culpa de quem a Oposição não ter as informações? Do Governo.

O nosso requerimento, Rangel, do dia 16 de agosto, quando falei da comunicação, V. Exa. sabe o que aconteceu com a sua CEI. Aconteceu o quê? Enterraram sem lhe dar satisfação! Para que V. Exa. fizesse parte dessa comissão, tivemos que assumir como membro do PSDB e lhe ceder lugar, porque senão V. Exa. comopositor, não faria parte.

Então, o que eu não aceito, acho que não é legal, acho que em nome da transparência e o que o Deputado Romanelli disse, aqui, a agilidade nas informações. Ora, estamos com a maior facilidade, não precisa nem mandar aqui um caminhão de documentos. É apenas colocar no site do Governo. Agora, não tem detalhes, não tendo detalhes eu tenho que buscar as informações, porque sou assim, os Deputados de Oposição têm esse posicionamento.

Concedo aparte ao Sr. Deputado Ney Leprevost.

O Sr. Ney Leprevost (PP)

Obrigado, Deputado Valdir Rossoni.

Em primeiro lugar quero parabenizar a sua assessoria e parabenizar o senhor pelo estudo que foi feito. Sei que isso requer horas e horas de dedicação. Parabéns a toda sua equipe. Não sou muito propenso a assinar e a participar de CPIs. Acho que temos outros mecanismos importantes, aqui na Casa. Mas quero dizer ao senhor que irei estudar, irei refletir, irei pensar com muita seriedade sobre a possibilidade de assinar esta CPI, porque a infor-

mação que o senhor traz ao plenário da Assembleia Legislativa na tarde de hoje é extremamente grave. E o senhor levanta um assunto importante.

Quero apenas aproveitar o ensejo para fazer uma colocação. Existe um projeto de nossa autoria tramitando na Casa, estabelecendo que todas as ONGs que recebem recursos públicos tenham que veicular semestralmente o seu balanço em jornais de grande circulação. Espero que o Governo sancione este projeto, que inclusive já passou pelo Plenário e recebeu algumas emendas. Mas, quanto a CPI, me comprometo com o senhor a refletir seriamente sobre a possibilidade de assiná-la.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Agradeço o seu pronunciamento. Não estou fazendo nenhuma pressão, de forma alguma, com a maior naturalidade já estamos colhendo as assinaturas, porque é uma questão de foro íntimo, quem quiser vai assinar. Por isso, amanhã ninguém pode reclamar que não tem informações. Por esta razão estou tendo toda a cautela e a preocupação. De repente o Governo acorda e presta todas as informações que nos deve, que não são só essas, são muitas e aí, talvez, com os esclarecimentos poderemos tirar essas dúvidas.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Deputado Geraldo Cartário, V. Exa. completará no Horário do PDT o Horário da Oposição.

Liderança do PDT: Deputado Geraldo Cartário

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Obrigado Presidente Anibelli.

Sr. Presidente, Deputado Anibelli, é com muita honra que lhe vejo hoje, de novo, como Presidente desta Casa, visto que, quando então Prefeito de Mandirituba, V. Exa. era um pouco mais áspero, mais bravo com a minha pessoa, visto que V. Exa. honrava muito o MDB e eu era do PDS, da ARENA. E naquele tempo a Assembleia era um pouco diferente de hoje. Naquele tempo a Assembleia tinha ambulâncias, tinha verba de assistência social, quando o Deputado Anibelli era Presidente. E entre as ambulâncias que existiam nesta Casa, consegui levar uma para atender o hospital de Mandirituba, pois sequer tinha uma ambulância no município. E o Deputado Anibelli concordou, mas, lá na frente ele achou que estava demais prestigiar um adversário político e mandou recolher a ambulância. Aí veio a minha admiração por ele e a minha amizade, até hoje, que eu e minha família temos com o Deputado Anibelli!

Deputado Anibelli, agradeço pelo horário que me é cedido e queria inicialmente dizer que o IPARDES e também a COPEL e, aqui os nossos agradecimentos ao Deputado Romanelli, que deixou que o meu pedido de informações saísse e ele chegou. As informações aqui

estão. Os números não mentem. O IPARDES se curvou perante a projeção do município de Fazenda Rio Grande, que agora ele reconhece que aquelas projeções de 110 mil habitantes não existem mais. Visto que o município de Mandirituba cresceu conforme dados, aqui precisamente, quando eu era Prefeito. E daí a Fazenda Rio Grande cresceu em números altíssimos, precisamente quando meu filho foi Prefeito. Os números aqui estão e os números não mentem!

O que me traz aqui, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, qual é a função de um Deputado? Eu li o Regimento, certamente todos leram o Regimento e cheguei a conclusão de que cabe a nós, Parlamentares, fiscalizar não só as contas do Governador, não só as Secretarias de Estado, não só o Tribunal de Contas, mas também fiscalizarmos o Tribunal de Justiça. Não propriamente o Tribunal de Justiça, hoje bem presidido pelo Desembargador Dr. Vidal Coelho. Mas cabe a nós, nas comarcas, fiscalizarmos de perto o que vem acontecendo nos municípios que integram as referidas comarcas.

Sr. Presidente, tenho falado com alguns companheiros aqui de que haveríamos de criar também uma CPI para levantarmos como surgiram as nomeações, as designações nos últimos 20 anos, dos cartórios existentes no Paraná. Sejam eles judiciais, extrajudiciais. Agora, para enaltecermos aqui o que a Assembléia aprovou ontem, o projeto de autoria do Deputado Traiano, que não resta mais dúvidas de que quando levantarmos suspeitas temos que “dar nomes aos bois.”

Precisamos ter a coragem, a coerência, certamente que nunca pela leviandade, de aqui apresentarmos algumas denúncias.

Esta Casa recebeu por parte do Ministério Público do Estado, dos Srs. Promotores, um pedido para que os Deputados respondessem quantos parentes têm nos seus gabinetes. Ora! Na Constituição Estadual, na Constituição Federal, interpretando as prerrogativas do Ministério Público, nada encontrei que nos obrigasse a fornecer as informações solicitadas.

No entanto, nós Parlamentares não temos nada a esconder, pois o povo que nos elegeu nos conhece muito bem. Se o Ministério Público nos conhece, quem nos delegou poder para os fiscalizar nos conhece mais ainda! Hoje eu apresento aqui um requerimento ao Tribunal de Justiça, mais no intuito de ajudar aquela Casa soberana nas decisões jurídicas de que não permita que juízes ou juízas, por simpatia, fiquem nomeando ao seu bel prazer, serventuários da Justiça, ou seja, oficiais respondendo por cartório.

Sr. Presidente, houve uma designação para que a Sra. Maria Helena Giacomazzo Mayer recebesse como serventia o registro civil. Ela assim o fez. Recebeu este cartório, sem concurso. Posteriormente, recebeu ainda mais um cartório, de títulos e documentos.

Pela sua simpatia e sua habilidade, certamente, e associada ao seu marido, ela recebeu mais um cartório: o de protesto. Até aí a lei diz que não pode. Não pode! Em

idades com grande movimento, que é o caso da Fazenda Rio Grande, ninguém poderá ser titular de mais um cartório. Mas, a Juíza da cidade não pensa desta forma. Não interpreta a lei como deveria interpretar. E lhe deu mais um cartório.

Agora, Sr. Presidente, esta cartorária que não é concursada indicou o seu marido como Oficial substituto do cartório. Sabem quem ele é? Eu não citei o nome, aqui, porque não tenho seu nome completo, mas ele é do Banco do Estado do Paraná, aposentado. Ele ainda fez parte das denúncias levantadas, do leasing do Banco do Estado do Paraná e ainda foi Diretor da Secretaria de Esportes. E ainda, Secretário do Governo Jaime Lerner. Poderia ser de qualquer Governador, mas no caso, foi do Jaime Lerner.

Não satisfeita com esta indicação do marido, foi à Juíza e a Juíza indicou sabe quem? A filha! Mais uma nomeação, a da filha. Agora, dizem que mexer com quem usa saia, Juiz, Padre e etc, corremos risco...

Sr. Presidente, tenho corrido muito risco. Desde a travessia do Atlântico, me conscientizei que nós nascemos para enfrentar os maiores desafios. Não posso aceitar, como Deputado eleito pelo município que tanto lutei, junto ao Deputado Anibal Khury, o Deputado Luiz Carlos Martins nos ajudou demais, porque queriam criar mais uma vara ou duas na Comarca de São José dos Pinhais, e o tribunal não queria implantar a comarca na Fazenda Rio Grande. Hoje, a comarca existe.

Nos entristece porque o Governo do Estado mantém e está construindo belíssimos colégios estaduais, de 1º e 2º graus. Os estudantes estão percebendo que a Fazenda Rio Grande não é lugar para eles. Aquela cidade não dá futuro à juventude que ali nasce, mora, cresce e estuda. A Fazenda Rio Grande está condenando as pessoas da cidade. O Chefe de gabinete da Prefeitura é um Deputado aposentado. Os assessores do Chefe de gabinete da Prefeitura são vereadores que não se elegeram na cidade de Foz do Iguaçu e estão chegando na Fazenda Rio Grande.

Os cargos de comissão estão todos distribuídos para Foz do Iguaçu. e agora, Sr. Presidente, a Juíza outorga esses cartórios, outorga e nomeia o marido e a filha da cartorária, que não tem concurso. E aí, pergunto a V. Exas. qual o futuro da nossa juventude, porque esta gente não mora na Fazenda Rio Grande. Esta gente não paga a conta de água e, embutida a taxa de lixo da SANEPAR, essa gente não paga IPVA na cidade, não compra pãozinho com manteiga ou café, porque toma o café em Curitiba. Pessoas que não existem na vida do dia-a-dia da Fazenda Rio Grande, mas ali vão sugar, buscar riquezas dentro do nosso município, da nossa comarca.

Por isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, não estou agredindo ninguém, nem a Juíza e nem o Tribunal de Justiça. Apenas que se cumpra a lei, porque se não cumprimos a lei, o que estamos fazendo? Concedo um aparte ao Deputado Jocelito Canto.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Só para dizer a V. Exas. que entrei nesta Casa ontem com um pedido nessa mesma linha. Entrei com um projeto revogando a instalação de um cartório em Ponta Grossa que não cumpriu as formalidades legais como determina a lei que esta Casa aprovou. Só para dizer a V. Exa. que entrei ontem e esse projeto já vai tramitar na CCJ, que determina a suspensão de uma lei feita nesta Casa, no artigo dessa lei que acabou, ao ser feito o projeto da instalação do referido, não se cumpriu o que determina a lei. Também ontem protocolei esse pedido e espero que haja justiça, como V. Exa. está fazendo.

O SR. GERALDO CARTÁRIO (PDT)

Concluindo, Sr. Presidente, uma empresa de 750 funcionários fechou na cidade, uma de 250 funcionários fechou, isso recentemente, e mais uma de 250, o que dá 1.200 funcionários. Os poucos cargos que a juventude poderia participar estão aliados do processo, estão jogando aposentados no lugar da juventude na nossa cidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

V. Exa. usou mais de 15 minutos em homenagem à razão com que V. Exa. tem e a homenagem que fez ao meu nome, mas, quero dizer que estamos mais tranquilos, porque os meus cabelos estão brancos e V. Exa. já está sem!

Encerrado o Horário das Lideranças.

Ordem do Dia:**O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)**

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Ofício nº 255/07, subscrito pelo Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente justificando sua ausência da Sessão Plenária de hoje (24 de outubro de 2007), por estar em visita a municípios de sua base eleitoral. **À Diretoria Legislativa para anotar.**

Indicação nº 333/07, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes a implantação de 03 (três) passarelas na Rodovia do Xisto/BR 476, nos quilômetros 148, 152 e 155, no perímetro urbano do município de Araucária. **À Diretoria Legislativa para os devidos fins.**

Indicação nº 334/07, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente, propondo à Secretaria de Estado da Ciência Tecnologia e Ensino Superior, a alteração da Lei nº 15050/06, permitindo a adequação funcional dos educadores da creche da Universidade Estadual de Maringá. **À Diretoria Legislativa para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Caíto Quintana constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Reni Pereira, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 05 (cinco) de autoria do Deputado Fábio Camargo, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final**ITEM 01**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 548/07, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, que denomina Prefeito Anézio Pavan, o trevo localizado no município de Santa Fé que liga as rodovias PR-316 e PR-458. **Aprovado. (Publ. no DA nº 087/07, de 06/08/07, em Projetos de Lei).**

3ª Discussão**ITEM 02**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 685/07, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, que declara de utilidade pública a Associação dos Servidores Públicos Municipais de Engenheiro Beltrão, com sede e foro no município de Engenheiro Beltrão. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 693/07, de autoria do Deputado Ademar Traiano, que veta a instalação de procedimento administrativo baseado em declarações, denúncias ou quaisquer outros expedientes anônimos, no âmbito dos três Poderes. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDAS DE PLENÁRIO, COM PARECER CONTRÁRIO DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO DE EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Em votação a emenda. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovada.**

O SR. PROFESSOR LUIZÃO (PT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, só foi votado a emenda e o projeto ainda será votado?

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

2ª Discussão

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 524/07, de autoria do Poder Executivo Mensagem nº 028/07, que autoriza o Poder Executivo por meio do Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN, doar ao município de Pitanga, área de terreno localizado no mesmo município. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 598/07, de autoria do Deputado Nereu Moura, que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Lobato o imóvel matriculado e registrado sob o nº 2459 no 2º Cartório de Registro de Imóveis de Astorga. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 660/07, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, que institui o certificado-inclusão e o selo-inclusão no estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CDDMCA. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 710/07, de autoria do Deputado Luiz Nishinori, que declara de utilidade pública a ABRAC - Associação Brasileira de Canção Japonesa, com sede e foro em Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 711/07, de autoria do Deputado Waldyr Pugliesi, que declara de utilidade pública o Centro Educacional Infância Colorida, com sede e foro no município de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ.

Está em votação o projeto ressalvada a emenda. Em discussão. Em votação. **Aprovado, artigo por artigo.** Está em votação a emenda. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovada.**

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (**Pela Ordem**)

Para registrar com profundo pesar o falecimento de um dos pioneiros de Londrina, Dr. Valdir Edgar, cirur-

gião-dentista, figura muito respeitada no campo da sua profissão, cirurgião-dentista. Nossa condolência à família enlutada do Dr. Valdir Edgar.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Constará na ata dos trabalhos de hoje o seu pedido de voto de pesar.

O SR. PROFESSOR LUIZÃO (PT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, em tempo eu só peço que registre o voto contrário dos Deputados da Bancada do PT ao item nº 03, ao projeto item03.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

É matéria vencida, mas V. Exa. pode citar os Deputados.

O SR. PROFESSOR LUIZÃO (PT) (**Pela Ordem**)

Deputada Luciana Rafagnin, Pedro Ivo, Professor Luizão, Péricles de Mello, Tadeu Veneri.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Constará da Ata também, a Deputada Luciana fará as anotações.

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 712/07, de autoria dos Deputados Luiz Claudio Romanelli e Alexandre Curi, que declara de utilidade pública estadual a Sociedade Hospitalar Angelina Caron, com sede e foro no município de Campina Grande do Sul. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 701/07, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que declara de utilidade pública estadual a Organização de Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP "Espaço Jovem Evolução" - de Cornélio Procópio, com sede e foro no município de Cornélio Procópio. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 122/07, de 01/10/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 701/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, declara de utilidade pública estadual a Organização de Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP "Espaço Jovem Evolução", com sede e foro no município de Cornélio Procópio.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 16.10.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 722/07, de autoria do Deputado Chico Noroeste, que declara de utilidade pública a Sociedade Cultural El Shaday, com sede e foro no município de Medianeira. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 126/07, de 08/10/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 722/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Chico Noroeste, declara de utilidade pública estadual a Sociedade Cultural El Shaday, com sede e foro no município de Medianeira.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 16.10.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 3101, de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Nós encaminhamos favoravelmente, são necessários os esclarecimentos, e o Deputado Plauto como Deputado de Ponta Grossa tem, claro, o direito de poder tomar conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Em votação. **Aprovado.**

Requerimento nº 3120, de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3121, 3123 e 3139, de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3136, de autoria do Sr. Deputado Fábio Camargo, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB) (**Pela Ordem**)

Pelo rito normal da Casa estamos por finalizar esta Sessão.

Com base em suas palavras, antes do término desta Sessão chegaria as minhas mãos as respostas indagadas por mim naquela tribuna. E também a sua assinatura para que a Procuradoria-Geral desta Casa tomasse providência com relação ao Secretário que não nos prestou as devidas informações.

Consulto V. Exa., essas informações já estão de posse de V. Exa.?

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

O Deputado Alexandre Curi está tirando xerox do volumoso processo e lhe entregará, pediu que eu empenhasse a minha palavra, amanhã durante a Sessão.

Quanto a Procuradoria assim que o processo estiver em minhas mãos, eu assinarei e lhes darei uma cópia para encaminhar a quem de direito não cumpre os dispositivos de informar esta Casa em 30 dias.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (**Pela Ordem**)

Muito obrigado, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Requerimento nº 3122, de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 3124, de autoria do Sr. Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta ata).**

Requerimento nº 3125, de autoria do Sr. Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3127, de autoria do Sr. Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3138, de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3140, de autoria do Sr. Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, V. Exa. é um dos Parlamentares mais experientes que temos em nosso estado. Gostaria de saber se V. Exa. alguma vez ouviu falar no IDAC - Instituto de Desenvolvimento da Cidadania? Ele recebeu 615 mil reais do Governo Jaime Lerner? Já ouviu falar na ANCA - Associação Nacional de Cooperativas Agrícolas? Ela recebeu 913 mil e 636 reais e 88 centavos do Governo Jaime Lerner.

Já ouviu falar CEDA ?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Seda? Só as camisas do Deputado Neivo Beraldin!

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB)

Mas não é seda com “s”, é CEDA com “c” - Centro de Estudo de Desenvolvimento. Oitocentos e oitenta e dois mil oitocentos e setenta e um reais. Sem falar, é claro, que era muito interessante explicar como se repassou para as ADEJAS - Associação de Direitos de escolas públicas de jovens e adultos. O Senhor sabe quanto o Governo Jaime Lerner passou para as ADEJAS aqui? Oitenta milhões setecentos e trinta e quatro mil trezentos e quinze reais.

Olha, Sr. Presidente, o ex-Líder do Governo Jaime Lerner podia trazer essas explicações, aqui nesta Casa, que ficaríamos muito felizes, porque isso aqui não é factóide não, é real, são números, Sr. Presidente, que deveriam ser explicados.

O SR. GERALDO CARTÁRIO (PDT)

Sr. Presidente, eu só queria dizer ao Sr. Presidente e ao Deputado Romanelli que o que eu tenho em minhas mãos fala 1994. Eu, como já era Deputado, 1994 o Governador não era Jaime Lerner.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB)

Há um erro. É 1995. Pode ver que é o período do Governo do ilustre Arquiteto Jaime Lerner.

O SR. VALDIR ROSONI (PSDB)

Eu quero dizer o seguinte: eu tenho procuração, Deputado Anibelli, de defender o Governo Jaime Lerner. Fui Líder dois anos, não tenho preocupação.

Deputado Romanelli, com todo respeito que tenho por V. Exa., os questionamentos que fiz não foram sobre o Governo anterior. Eles foram até traídos pela consciência, 94 é Governo Requião. Então, quero dizer o seguinte: parece que o Deputado Romanelli quer estabelecer, Sr.

Presidente, um campeonato da corrupção. Eu vou deixar para discutir o campeonato da corrupção quem foi Secretário do Governo Jaime Lerner. Eu não fui! Quem foi Secretário do Jaime Lerner é o Rafael Greca, é o Nelson Justus, é o Rafael Iatauro, que morava dentro do Palácio Iguaçu.

O campeonato da corrupção que está estabelecido, eu não sei quem já ganhou. Pelo que estou sentindo, já tem ganhador, pelo desespero, mas quero dizer que não sou a pessoa apropriada. Não fiz esse requerimento, mas disse, aqui, Sr. Presidente, V. Exa. talvez não estava no exercício não lembra. O dia que fiz o requerimento sobre as ONG's, o Deputado Romanelli disse o seguinte: “vamos fazer do Governo anterior também?” Eu disse: “não tem problema!” “Desde a emancipação do Paraná?” “Não tem problema!” Então, é o seguinte: este campeonato da corrupção eu nunca pensei que fosse acontecer, mas está acontecendo. Então, eu nomeio, não tenho autoridade para isso, mas requeiro ao Secretário da Habitação, Rafael Greca, para representar o Governo Jaime Lerner, porque eu não fui Prefeito de Curitiba apoiado pelo Jaime Lerner, foi o Rafael Greca que é Secretário do Governador.

Por esta razão, este campeonato se encerra aqui. Eu não falo mais sobre este assunto. O Deputado Romanelli tem todo direito de investigar o Governo anterior, terá minha assinatura. Espero obter a sua assinatura na nossa, o mesmo apoio que estou lhe concedendo para investigar este Governo que V. Exa. estabelece o campeonato. Muito obrigado, Sr. Presidente, por ter me dado a palavra fora do horário. Não é uma questão de ordem, é mais uma resposta. Com todo respeito que tenho ao Líder do Governo, este campeonato eu não participo porque eu não fui executivo naquele Governo. Obrigado!

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, Pela Ordem.

(Assentimento).

Apenas para dizer a V. Exa. que eu não entendo de corrupção, ao contrário do Governo Jaime Lerner que entende profundamente sobre corrupção. Agora, quero dizer o seguinte: tanto o Deputado Nelson Justus, como os Secretários Rafael Iatauro, que era conselheiro do Tribunal de Contas, não pertenceu ao Governo Jaime Lerner, como o Secretário, Presidente da nossa Companhia de Habitação Rafael Greca, sinceramente, são pessoas que tenho maior respeito por eles. Ao contrário do Ingo Hübert que amargou até um período pulando muro, prisão por corrupção. Tem alguns outros aí que, na verdade, mereciam estar na cadeia e, infelizmente, o Judiciário em nosso país funciona para os pobres.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, me desculpe, veja como o Deputado Romanelli se perde. Eu estabeleci pessoas para fazer a defesa do Governo anterior, que estão no seu Governo,

porque acredito que tenham mais credibilidade, só por isso. Se V. Exa. quer escolher outro, acho que quem tem mais autoridade, é quem está no atual Governo. O pai do Stephanes foi Secretário do Jaime Lerner e do Requião. V. Exa., Stephanes foi Secretário do Jaime Lerner poderia colaborar com o Deputado Romanelli e fazer a defesa, porque V. Exa., hoje, empresta seu apoio a este Governo. Acho que está arrependido e espero que V. Exa. volte para o berço antigo, porque aqui é a sua casa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Eu queria dizer ao Deputados, que no Congresso Nacional está ocorrendo uma CPI sobre as ONG's, o que não é novidade no Brasil.

Pela Ordem, concedo a palavra ao Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, eu estava ouvindo essa discussão sobre corrupção de A à B, no Governo anterior, no Governo atual. Ouvi a "pérola" do Deputado Romanelli, agora, que vou guardar com carinho, que Judiciário é só para os pobres. Isso tudo acontecendo, naquela velha música, corrupção de ONGs, não sei o quê e, agora, acordei e me lembrei, que estou sendo cassado, porque dei R\$ 100 mil reais para a Santa Casa.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

V. Exa. tem todo o nosso apoio.

Deputado Praczyk, chega as minhas mãos a informação de que V. Exa. tanto espera. Coube a mim, nesta Sessão que presido há 2h30, 3h00, com muito prazer, entrega-la ou peço a V. Exa. que venha, aqui, mediante um recibo.

O SR. EDSON PRACZYK (PRB) (**Pela Ordem**)

Agradeço e faço questão de pegá-la em mãos.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Presidente?

(**Assentimento**)

Estão discutindo tanto o passado. Quem foi, quem não foi. Quem fez, quem não fez. Quem é culpado, quem não é. Só está faltando, aqui, o Baile da Saudade e contratar uma orquestra, para tocar um bailão.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Contra o meu gosto, convoco Sessão, para amanhã, às 10h00. Sou contra Sessões na quinta-feira. Mas como existia agendada convocação de dois depoentes, por solicitação dos Srs. Deputados, tenho de convocar Sessão para amanhã. Não estarei presente e peço a Deputada Cida Borghetti, para que presida esta Sessão, porque tenho que viajar.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 25, a hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n°s 590, 661, 684/07 e do Projeto de Resolução n° 029/07.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 711/07.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 701 e 722/07.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 718/07.

Levanta-se a Sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ANTONIO ANIBELLI EM SESSÃO DO DIA 24 DE OUTUBRO DE 2007.

Pronunciamento do Dr. Ricardo Rezende, durante a inauguração do 1º Terminal Público de Alcool do Brasil no Porto de Paranaguá.

Senhoras e Senhores,

O que faz a diferença entre os homens públicos é a capacidade de saberem eleger prioridades e direcionar os recursos disponíveis para projetos que dêem o maior retorno para a sociedade sob os aspectos econômico e sócio-ambientais.

Por possuir esta importante qualidade, as estatísticas conferem ao Governador Roberto Requião, uma marca invejável: Deputado, Prefeito de Curitiba, Senador e 3 vezes Governador, mandatos que o tornam quicá, o maior político do Paraná.

Entretanto, para administrar bem o patrimônio público é fundamental saber também colocar as pessoas certas nos lugares certos.

Sabedor de todos os problemas enfrentados pelo Porto de Paranaguá, o Governador, ao assumir seu segundo mandato, resolveu colocar na Superintendência alguém próximo e competente, com a missão de implementar um programa de saneamento, correção de rumos, reformas e valorização desta que é uma das mais fundamentais instituições para a economia do estado e do país.

Incumbido desta tarefa, o Dr. Eduardo Requião idealizou e implementou um profundo programa de revitalização, o qual após 4 anos deixou nosso Porto com eficiência e características dos melhores do mundo.

Sr. Ministro, nosso testemunho é que há 5 anos os produtores sucroalcooleiros paranaenses implantaram aqui um terminal açucareiro exclusivo, denominado PASA.

Este terminal, neste curto período, tornou-se referência mundial, e nós temos uma efetiva valorização de nosso produto, quando ao vendê-lo, dizemos onde será embarcado. É o famoso custo Brasil sendo expurgado do nosso negócio, beneficiando a nação brasileira.

Somente para exemplificar, no último ano embarcamos 62 navios, sendo que 57 dos quais receberam prêmios - Dispatch - pelo embarque ter ocorrido em tempo muito inferior ao contratado.

Este ano, serão embarcadas mais de 2.000.000 de toneladas de açúcar bruto por litro.

Ao assumir seu 2º Governo, o Governador Roberto Requião convocou os produtores sucroalcooleiros paranaenses e definiu um programa de desenvolvimento para o setor que previa ações tanto do Governo Estadual quanto dos Produtores, no sentido de haver um desenvolvimento sustentado com geração de renda, empregos, divisas e mitigação de riscos ambientais.

O gargalo logístico foi um dos pontos centrais àquela época debatido, em função da inadequação de portos e vias para o escoamento da produção.

Já constava do programa de Governo a recuperação das nossas estradas. Constava e foram efetivamente recuperadas todas as mais importantes rodovias, com recursos do caixa do Governo e sem a cobrança de um centavo de pedágio. Esta recuperação melhorou sobremaneira as condições de trafegabilidade e, por conseguinte de escoamento não só da produção de açúcar e álcool como também das demais riquezas aqui produzidas.

Com a evolução dos biocombustíveis no mercado internacional, neste momento gostaria de abrir um parêntese e solicitar ao Sr. Ministro que transmitisse ao Presidente Lula um abraço e o reconhecimento dos produtores paranaenses pelo esforço que vem empreendendo no sentido de levar o álcool a todos os rincões do planeta, como uma alternativa econômica e ambientalmente adequado.

Num momento em que o petróleo já beira os US\$ 100 por barril, vemos com muita satisfação e oportunidade esta atitude do nosso presidente. Era, como vinha dizendo, uma necessidade premente a disponibilização de

um terminal exclusivo para embarque de álcool, o qual nos permitisse performance de embarque e garantia de qualidade de produto tão exigida pelos clientes internacionais. Este terminal constou do Programa de Desenvolvimento do setor para o Paraná.

Mais uma vez, o nosso Governador nos surpreendeu, pois, ao invés de criar condições para que desenvolvessemos o projeto, ele vendo a importância para o estado e para o país de tal instrumento logístico, decidiu construir com recursos próprios da APPA, esta obra pública, que beneficiará indistintamente todos os produtores do Paraná, e também de outras regiões do país que a ele demandarem.

É um terminal moderno, concebido dentro dos mais altos padrões de qualidade e segurança, que proporcionará o acesso ao mercado internacional com excelência e um custo certamente no mínimo 40% inferior aos praticados no mercado; conferindo confiança e competitividade ao produto Nacional.

Mais uma vez é o custo Brasil sendo reduzido com os evidentes benefícios daí advindos.

Sr. Ministro, Sr. Governador, Senhoras. e Senhores, tendo certeza de que muito em breve o porto, como detentor do terminal, e nós, como operadores portuários do mesmo, apresentaremos os níveis de excelência que já temos no PASA, os quais valorizarão sobremaneira os esforços dos Produtores, e dos Governos Estadual e Federal, no sentido de incrementarmos significativamente a exportação de etanol.

Obrigado Sr. Ministro por sua presença e apoio.

Obrigado Dr. Eduardo Requião pela excelência da obra e pela maneira eficiente e transparente com que administra nosso Porto. E finalmente, Governador Requião, na vida pública, muitas vezes, ocorre o que diz o Poeta Batista de Pilar em seu poema de uma só estrofe, chamado "Ironia": *"Meu vizinho ainda ontem não quis me dizer as horas. Hoje, me pede o relógio emprestado!"* Mas homens de sua envergadura, demonstrando grandeza, relevam as turbulências, e prosseguem sua caminhada fieis a seus princípios e propósitos maiores.

Muito obrigado e um grande abraço de todos os produtores do setor sucroalcooleiro do Paraná e do Brasil.

